

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Cíntia de Oliveira Santiago dos Reis

**Representação Política no Brasil:
Uma análise do perfil das mulheres eleitas à
Câmara dos Deputados (1986-2011)**

São Carlos
Mar / 2010

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Representação Política no Brasil:
Uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos
Deputados (1986-2011)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
como requisito para obter título de Mestre.
Orientadora: Maria do Socorro Sousa Braga.
Discente: Cíntia de Oliveira Santiago dos Reis.

São Carlos, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

R375rp

Reis, Cíntia de Oliveira Santiago dos.

Representação política no Brasil : uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011) / Cíntia de Oliveira Santiago dos Reis. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
85 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Mulheres na política. 2. Brasil - deputados federais. 3. Recrutamento político. 4. Carreira política. I. Título.

CDD: 323.34 (20ª)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Cíntia de Oliveira Santiago dos Reis

09/03/2010

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Márcia Teixeira de Souza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP

Prof. Dr. Paolo Ricci
Universidade Estadual de São Paulo/USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 09/03/2010.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Prof. Dra. Márcia Teixeira de Souza
Prof. Dr. Paolo Ricci

Homologado na CPG-PPGPOL na
13ª Reunião no dia 31/03/2010.

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PGPOL

*“O Homem não teria conseguido o possível, se,
diversas vezes ele não tivesse tentado o
impossível”*

Max Weber

*À Deus,
pela coragem e determinação
que me oferece todos os dias;*

*Aos meus queridos pais, afinal,
grande parte de tudo que sou, sem dúvida, devo a
vocês!
Obrigada.*

Agradecimento

Agradeço a Deus, por ter me dado força de vontade, coragem e determinação de fazer (e concluir) um curso tão difícil e complexo. Não foi uma tarefa fácil, muito pelo contrário, a cada dia foi se tornando mais complicado. Horas de viagem todas as semanas, dificuldades de hospedagem e relacionamento, inúmeras disciplinas, leituras árduas e noites mal dormidas. Realmente, não foi fácil. Mas, às vezes, temos que provar para nós mesmos que somos capazes de fazer coisas aparentemente impossíveis. Penso que consegui...

Tenho que agradecer a minha orientadora Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga, pela ajuda empenhada neste longo e difícil caminho, pois desde as primeiras conversas, antes mesmo do mestrado, até a conclusão desta dissertação, foi bastante atenciosa e dedicada.

Por fim, quero agradecer também aqueles que sempre inferiorizaram meu trabalho. Sem dúvida, eles não tinham noção do quanto eu sou capaz, de tudo que fiz e ainda tenho a fazer.

Sumário

Resumo

Abstract

Introdução 09

Capítulo I – A Representação Feminina na Política Brasileira: considerações teóricas.

. 13

1.1 - Concepções Teóricas sobre a representação política. 13

1.2 - Sistemas Eleitorais - entraves e influências - o caso das mulheres. 20

1.3 – Mulheres na Política Brasileira. 22

Capítulo 2 – Perfil das Deputadas Federais brasileiras (1986-2011) 31

2.1 - Trajetórias Anteriores a câmara dos Deputados – ocupação de cargos públicos e
eletivos. 52

Capítulo 3 – Continuidade das Representantes Femininas na Câmara dos Deputados.

. 63

Considerações Finais. 75

Referências Bibliográficas. 78

Anexos. 81

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o padrão de carreira política das deputadas federais brasileiras. O recorte que foi feito para este trabalho é o período que compreende as eleições entre 1986 e 2011, ao todo seis legislaturas. Para tanto foi feito um levantamento da participação política das mulheres e analisados dados referentes ao perfil das deputadas, como tempo de mandato, partido político, filiação ideológica e projetos desenvolvidos. A partir de então, procurou-se descobrir: quem são estas mulheres eleitas? De onde vem, o que defendem no Legislativo Federal e para onde vão depois do primeiro mandato?

Palavras Chaves: Mulheres; Carreira Política; Recrutamento; Reeleição.

Abstract

The objective of this work is to analyze the politics career pattern of this federal Brazilian representative. The clipping that was made for this work is the period between 1986 and 2011, all six legislatures. For this work I went a lifting the politics participation of the woman and analyzed inform like time of office, politics party, ideology and projects. With this information, we look for to discover who are these women? Where do you come from? Why support and where going after the office first?

Keywords: Woman; Politics Career; Recruitment; Reelection.

Introdução

Embora constituam maioria da população e do eleitorado¹, o número de mulheres que conseguiu adentrar no cenário político brasileiro ainda é baixo. Mesmo assim, elas vêm, no decorrer dos últimos anos conquistando mais espaço dentro da política institucional. No período após a redemocratização, vemos na tabela 01 que cada vez mais vem aumentando a representação das mulheres para a Câmara dos Deputados, sobretudo a partir de 2002, quando conseguiram cinco vezes mais o montante de assentos de 1982.

Tabela 1 – Deputados eleitos para a Câmara dos Deputados (1982 – 2006).

Legisl. Sexo	1982		1986		1990		1994		1998		2002		2006	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fem.	8	1,6	26	5,4	29	5,6	32	6,2	29	5,7	42	8,1	45	8,8
Masc.	471	98,3	461	94,6	474	94,4	481	93,8	484	94,3	471	91,9	468	91,2
Total	479	100	487	100	503	100	513	100	513	100	513	100	513	100

Fonte TSE – Tabulação feita pela autora

Além disso, observa-se que, apesar de existir um número reduzido de mulheres eleitas em comparação aos homens, vemos que elas são potencialmente tão capazes quanto eles de obterem sucesso eleitoral. Isso é o que revela a tabela 2, especialmente, nas recentes eleições para essa Casa Legislativa. Percentualmente o número de eleitas comparado ao universo masculino não é tão discrepante.

¹ O eleitorado feminino atingiu nas eleições de 2002 pela primeira vez um índice superior a 50% e nas eleições de 2006 conseguiu atingir 51,57%. Mesmo acontece com a população, de acordo com o censo de 2000, a população feminina no Brasil atingiu 50,78%. Fonte: IBGE.

Tabela 2 - Câmara dos Deputados: Candidatos X Eleitos (1994 – 2006).

	1994		1998		2002		2006	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
N Candidatos	2822	185	3009	348	3909	509	4499	652
N Eleitos	481	32	484	29	471	42	468	45
Percentual	18%	18%	16%	9%	13%	8%	10,4%	7%

Fonte: TSE. Tabulação feita pela autora.

Como podemos analisar na tabela 2, apesar de os homens oferecerem mais candidatos, as mulheres estão elegendo no decorrer dos últimos anos um percentual bem mais próximo ao do universo masculino, ou seja, apesar de indicarem cerca de 80% mais candidatos, as mulheres conseguem se eleger tanto quanto eles. Com isso, percebe-se que gênero não é uma variável importante para explicar a menor presença de mulheres na Câmara dos Deputados.

Apesar da importância dessa questão para a problemática da representação política na democracia brasileira, o nosso foco de análise nesta dissertação é investigar o perfil social e as possíveis variáveis explicativas para a entrada e permanência das deputadas federais.

Será que elas apostam na construção de um capital político a partir de uma trajetória interna dentro dos partidos, tendo a experiência partidária constituído um *background* para seu sucesso? Ou procuram construir um nome e uma carreira profissional relevante para depois converter seu sucesso e conseguir adentrar no cenário político em um cargo eletivo, mesmo não tendo experiência política prévia? Ou ainda, usufruem de influência familiar de algum parlamentar de nome conhecido ou uma rede de relações pessoais para associar sua imagem e vencer eleições? Desta forma, a questão principal que este trabalho pretende responder é: qual o padrão de carreira política das mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados no Brasil?

Outra questão importante a ser discutida tem a ver com o fato de que dentre as mulheres que foram eleitas, muitas foram várias vezes reeleitas. O índice de renovação feminina não tem alcançado grandes patamares, ficando em média em torno de 50%. Afinal, quais variáveis podem explicar a expressiva taxa de reeleição das mulheres no período mais recente?

É importante enfatizar que o sistema político brasileiro oferece um conjunto de oportunidades para o ingresso na carreira política. Desta forma não podemos dizer que ele constitui uma limitação a eleição de mulheres, pois prevalece o multipartidarismo, o sistema proporcional para o legislativo e ainda a adoção de cotas, com a exigência mínima de 30% de mulheres nas listas de candidatos de cada partido.

Já que o sistema institucional não constitui um entrave, buscamos explicações para a eleição de mulheres a partir de outros aspectos e perspectivas teóricas. A abordagem adotada neste trabalho está voltada, principalmente, para estudos na área de sociologia política, tomando como base a reconstrução de trajetória política das mulheres como variável relevante para a identificação do perfil e dos padrões de recrutamento parlamentar feminino.

Desta maneira, as principais hipóteses testadas neste trabalho são:

(1ª) As deputadas eleitas pelos partidos ideologicamente considerados de direita e centro conseguiram ser eleitas com capital político e social originários de parentesco político. Logo, supõe-se que essas mulheres entraram na arena política já diretamente para a Câmara de Deputados, constituindo uma carreira política lateral. Já as deputadas filiadas aos partidos de esquerda tiveram como bases de apoio a trajetória em movimentos sociais e seguiram uma estrutura de carreira política endógena, obtendo a cada pleito eleitoral um cargo de maior prestígio, ou seja, vereadoras, deputadas estaduais até chegar a Câmara dos Deputados;

(2ª) As mulheres estão preferindo dar continuidade à carreira política dentro da própria Câmara dos Deputados, optando pela reeleição.

(3ª) O crescimento de aproximadamente 40% no número de mulheres eleitas nas últimas eleições deve estar relacionado à chegada do Partido dos

Trabalhadores ao governo federal e conseqüente alternância de grupos políticos no controle das principais esferas de poder.

4ª) A implantação de política de cotas não tem alterado o padrão das carreiras políticas das mulheres eleitas.

Com estas hipóteses verificadas podemos identificar o perfil e os possíveis padrões de carreira política das representantes femininas na Câmara dos Deputados brasileira no atual período de democracia competitiva e assim averiguar se houve mudanças nos padrões de recrutamento parlamentar durante o período compreendido.

A escolha da Câmara dos Deputados para a presente pesquisa é crucial tendo em vista que é a instituição responsável por representar toda a população, e, onde (teoricamente) podemos encontrar expoentes do país inteiro.

Esta dissertação está estruturada da seguinte maneira. No primeiro capítulo procuro fazer uma discussão acerca da participação das mulheres na política, explicitando os pressupostos teóricos que orientam a elaboração da presente pesquisa. Além disso, faço uma breve exposição sobre a participação das mulheres na política brasileira desde as discussões e a implantação da lei que assegurou o direito de votar e ser votada na década de 1930 até os dias atuais, inclusive relatando sobre a implantação de política de cotas ocorrida na década de 1990.

No segundo capítulo identifico os padrões da representação feminina na Câmara dos Deputados. O objetivo é traçar um perfil das deputadas federais com informações sócio-ocupacionais e trajetória política anterior à entrada na Câmara.

No terceiro capítulo faço uma análise sobre as mulheres reeleitas, procurando indícios que possam mostrar o que elas tiveram de diferencial para construir uma carreira política relevante dentro da Câmara dos Deputados.

Por fim, faço as considerações finais.

Capítulo 1 – A Representação Feminina na Política Brasileira: considerações teóricas.

1. Concepções Teóricas sobre a representação política

O debate em torno da representação, sobretudo a política é um dos elementos chaves na história como um todo e um conceito que no decorrer do tempo veio sofrendo grandes deturpações no que se refere ao seu real sentido. Até hoje, a expressão representação política permanece ainda bastante controversa e não chegamos a uma definição exata.

Diferentes visões acerca de como deve ser realizada a representação foram colocadas em questão em nossa sociedade. Segundo PITKIN (1972), numa análise sobre as bases da representação, não existe um conceito único de representação, pois ela deve ser entendida de diversas maneiras, todas baseados na questão de quem e o que deve ser representado. Muitos querem ser representados e nem sempre conseguem esta façanha, com o passar do tempo, a representação passou a não mais atingir um quociente importante da população e perdeu a sua vitalidade, e os modelos clássicos passaram a ser inviáveis.

Durante muito tempo a possibilidade de ser representado foi privilégio de poucos. O mandato era realizado pelo soberano, que tomava atitudes sem pensar na população e os interesses a serem representados terminavam por refletir somente uma parcela mínima da população e muitos grupos na sociedade não tinham permissão para participar do processo eleitoral, seja como eleitores, seja como candidatos.

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento das instituições, o mandato imperativo substituiu a fórmula da representação da nação, um pouco mais tarde com o advento do sufrágio universal temos a transformação da sociedade democrática. Movidos pelas chamadas Revoluções Ocidentais, ou seja, a Independência dos Estados Unidos (1776), a Revolução Industrial (1750) e a Revolução Francesa (1789), em todos os setores houve

significativas alterações e o estilo de vida considerado tradicional deu lugar ao que passou a se denominar moderno. Este é o início das instituições representativas, agora, o representante não deverá representar seus eleitores, e sim, a entidade nação.

URBINATI (2006), ao investigar as condições que tornam a representação democrática um modo de participação política relata que a democracia representativa marca o fim da política do sim ou não e o início da política como uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo. Nesta nova ordem o representante precisa ser constantemente recriado e estar dinamicamente em harmonia com a sociedade para aprovar leis legítimas.

“O que encontramos no sistema denominado representativo é que ele não é um sistema de representação do povo e da vontade da nação, mas um sistema de organização do povo e da vontade da nação”. (URBINATI, 2006: 193).

No entanto, um dos problemas centrais a partir de então será como enfrentar essa moderna realidade. Fato é que tanto na questão política quanto no social os homens vão se defrontar com esse dilema. Irão surgir novos conflitos dentro da própria sociedade e diferentes interesses vão dividir os homens, e caberá ao Estado e suas instituições darem conta dessa situação. Antes do Estado Moderno os homens não eram livres e a luta deles se dava em torno de uma única questão, a saber: a igualdade do indivíduo, pois dentre eles, o único que tinha liberdade era o soberano.

Agora a situação se inverte e todos os indivíduos passam a ser soberanos, ocorre à chamada “soberania popular” e todos podem participar do processo decisório, porém ainda não é suficiente para manter a ordem, precisa-se de coesão social e surge a necessidade de pensar nos direitos de cada indivíduo e na questão multicultural.

Para que haja realmente uma luta social, o indivíduo precisa aprender a buscar os seus direitos e interesses particulares, e ele vai fazer isso por meio daquilo que HABERMAS (1981) denominou ser uma das características

essenciais do mundo moderno, isto é, a “*esfera pública*”. Com o crescimento populacional e o agrupamento de interesses haverá a constituição social coletiva por negócios em comum.

A esfera pública pressupõe o acesso garantido a todos os cidadãos e qualquer um pode reivindicar competência para expressar seu julgamento, assim como suas vontades. As questões discutidas tornam-se gerais não só no sentido de sua relevância, mas também no de sua acessibilidade.

A partir do momento que os indivíduos aprendem que podem e devem fazer questionamentos sociais, e que tem a possibilidade de ter seus interesses reconhecidos, passamos a ter a sociedade mais dividida em grupos que almejam determinados objetivos, ora lutam pelo fim de sua exclusão, ora por fazerem parte do núcleo da sociedade civil, entre outros.

Será um questionamento das bases tradicionais, pois mesmo mudando o sistema político, bastantes alicerces do tradicional ainda persistiram na sociedade, e com o decorrer do tempo, e o percebimento disso pelos homens, sobretudo de sua exclusão da sociedade no âmbito político, haverá a necessidade de fazer uma mudança para que realmente a sociedade como um todo passe a ser moderna.

É importante ressaltar que essa batalha por reconhecimento só se realiza quando o indivíduo tem plena consciência de seu papel na sociedade. Primeiro ele torna-se um ser esclarecido, onde vai aprender a reivindicar os direitos comuns da sociedade e com o tempo ele passa a se identificar e reconhecer enquanto membro de um determinado grupo com ideais próximos, a partir de então, ele vai reivindicar os direitos deste grupo.

Esse reconhecimento se dá no decorrer do Estado Moderno devido a um padrão político mais democrático instaurado pela burguesia que coloca o reconhecimento como sendo o novo critério de hierarquização da sociedade moderna, tendo em vista que apesar de todos serem iguais perante a lei e terem teoricamente os mesmos direitos, nem todos participam das decisões. Alguns grupos se vêem (e são) excluídos do debate político, o que vai acabar hierarquizando-os, levando uns a serem considerados melhores e mais capacitados que outros. O ponto central dessa luta foi à exigência de que todos os cidadãos fossem reconhecidos como iguais quanto à participação política.

No entanto, na política representativa os eleitores não são meros números. Segundo URBINATI (2006), eles espelham uma complexidade de opiniões impossíveis de serem contadas. Quando traduzimos idéias em votos costumamos assumir que os votos refletem preferências individuais, ao invés de representarem opiniões. As opiniões nunca têm peso igual. Se o peso das opiniões fosse igual, o próprio voto teria pouco ou nenhum sentido. O voto é uma tentativa de se dar peso às idéias, não de torná-las idênticas quanto ao peso, ou com algum peso.

Cabe ressaltar que na representação política a participação dos cidadãos não é um algo neutro, mas uma forma concreta de se promover certos pontos de vista e de se identificar com aqueles que as apóiam ou fazem argumentações convincentes em sua defesa.

Neste sentido, a representação torna-se algo problemático porque nem sempre os representantes sabem concretamente o que cada representado deseja e porque as expectativas das pessoas e as realizações de seus representantes jamais irão corresponder com exatidão. Ora o representado deseja algo que o ajude apenas pessoalmente e torna-se difícil para o representante realizar, pois precisa pensar no coletivo, ora o coletivo sugere idéias incoerentes, enfim, é complicado estabelecer uma relação de interesses comuns.

Nas sociedades contemporâneas, as discussões sobre representação e participação evocam, em geral, o ideal democrático, ou seja, pressupõe a existência de cidadãos capazes de participar da vida política e nela serem representantes ou representados. Atualmente, apesar de existirem mecanismos formais de inclusão de grupos na esfera política representativa, o que se observa é uma grande ausência de muitos grupos nestes espaços de poder, como relatou RODRIGUES (2002), ao analisar o recrutamento político na Câmara dos Deputados, a maioria dos representantes são homens, casados, heterossexuais, brancos e com ensino superior.

A reduzida presença de alguns grupos sociais nos espaços de representação tem levado à crescente demanda por um quadro político que espelhe mais fielmente a sociedade brasileira. Desta forma, os grupos sociais que entendem estar sub-representados defendem maior presença de seus

membros, acreditando que estes sim, por saberem na prática os problemas que afetam seus pares, dariam mais atenção às suas necessidades e à defesa de seus interesses. Entretanto, um questionamento vem à tona: deve ser o Congresso um retrato fiel da sociedade, para ser considerado, de fato, seu representante?

Com relação a esta temática, alguns autores advogam a idéia da representação como reflexo conhecida como representação de espelho ou descritiva, sua preocupação principal é com a correspondência de características entre os representantes e o representado. Desse modo, as instituições representativas acabariam por "espelhar" politicamente a heterogeneidade de interesses presentes numa sociedade. Os colaboradores de tal idéia pressupõem que a simples presença de indivíduos de determinados grupos garantirá que seus interesses serão defendidos, ou seja, que todos os eleitos estarão comprometidos com as questões de seu grupo².

De acordo com BOBBIO (2000), ao explicar diferentes bases da teoria democrática, a representação por espelho concebe o organismo representativo que reproduz as características do corpo político. Isso ocorre porque para suas bases, a representação descritiva deve ser uma amostra representativa da totalidade da nação. Grupos poucos integrados, marginais de um sistema político poderão ter representantes que pelas suas características pessoais neles possam se identificar e sentir-se presentes na organização política. São estes elementos sociais, sobretudo, que advogam mais presença na arena política.

Para PHILLIPS (2001), simplesmente participar da política não basta; A atuação depende mais da idéia do que do sexo, raça, religião, entre outros. Torna-se necessário que as pessoas estejam comprometidas com a causa de seus pares, levando a discussão de uma política de presença *versus* uma política de idéias.

² É importante ressaltar que a teoria da representação política está associada a um controle sob o governo por parte daqueles indivíduos que não podem exercê-lo pessoalmente, transferindo para outros essa tarefa. Além da representação por espelho ou descritiva, existem também as representações por **delegação**, isto é, quando o indivíduo atribui ao representante eleito à função de executor das vontades daqueles que o elegeram e a representação como **relação de confiança** quando o indivíduo confere ao representante um mandato que se caracteriza como sendo independente, onde o eleito representa o povo e tem o privilégio de agir livremente para os interesses da população.

A política de presença estaria baseada na quantidade e na argumentação de que pessoas de mesmos grupos sociais sabem melhor as suas necessidades e podem garantir mais benefícios e, por isso, a importância de quem os representa politicamente se torna fundamental, além do que quanto mais pessoas representando os mesmos grupos, mais chances de ter projetos aprovados. Já a política de idéias enfatiza mais o que é representado, independente de quem representa, o importante são as idéias dos representantes, independente de qual grupo social ele pertença.

De acordo com PHILLIPS (2001), a representação mais adequada será aquela que melhor refletir as opiniões, preferências ou crenças dos votantes. Por isso ela advoga a idéia de uma política de presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão, onde todos realmente teriam sua participação dentro da esfera política, mesmo que tal façanha se faça por meio da adoção de cotas eleitorais.

Desta maneira, iniciamos o século XXI sem uma definição única e com inúmeras indagações sobre a representação política. O ponto de partida é a premissa de que todos devem estar representados, sobretudo nos países democráticos, mas quais os segmentos étnicos, raciais, de gênero estão inclusos neste novo cenário? Será que as Casas legislativas brasileiras refletem os diferentes grupos e classes sociais existentes?

Segundo ARAUJO (2001), em uma análise sobre a participação das mulheres na política brasileira, a dificuldade de ocupação de espaços na arena política não é algo exclusivo das mulheres como grupo social. Há uma dimensão estrutural que transcende a problemática do gênero e envolve vários grupos excluídos politicamente.

Para BRABO (2008) ao discutir a participação das mulheres na política local, sobretudo na cidade de Marília, afirma que:

“a representação política nas democracias liberais permanece uma área de difícil acesso para um conjunto de atores sociais aos quais historicamente foi negada a cidadania”. (BRABO, 2008: 28)

Na mesma direção, AVELAR (2001), ao mostrar a participação das mulheres na elite política brasileira, desde o início da representação feminina, relata que nos países latino americanos, africanos, árabes, para as mulheres, os negros, os homossexuais, entre outros, a realidade é a da desigualdade, sendo apenas um mito a idéia de que todos têm direitos iguais.

Em diversas sociedades heterogêneas, como no Brasil, as pessoas muitas vezes reclamam que os grupos sociais dos quais fazem parte ou com os quais têm afinidades não estão definitivamente representados. Poucos negariam que os membros de grupos sociais estruturais menos privilegiados estão sub-representados na maioria das democracias contemporâneas.

Com relação à escolha dos candidatos, etapa que antecede as eleições e que são essenciais, NORRIS (2003) e ÁLVARES (2004) ambas procurando averiguar o que determina a seleção ou não de determinadas candidatas, relata que o partido ao escolher um candidato vai pensar na visão do eleitorado, e se por ventura, os selecionadores acharem que não é um “bom de urna” não será escolhido. Há a atuação dos chamados *gatekeepers*, que controlam a entrada de aspirantes no governo, se eles considerarem que não é vantagem, limita a entrada de determinados grupos sociais. Segundo CORADINI (2001), numa análise sobre recrutamento de elites políticas, antes das eleições sempre ocorre uma seleção anterior que exclui aqueles que não apresentam condições de ganhar.

Tal problemática mostra as dificuldades para uma sociedade ser efetivamente democrática, onde a vontade e a representação popular possam existir e se manter como um todo. No entanto, a democracia ainda é a única forma de governo na qual há a possibilidade de manifestação, ação e participação e continua sendo uma forma de sociedade desejável, pois conserva noção de liberdade política e individual.

Diante do exposto, apesar de algumas limitações o sistema representativo ainda se mostra uma boa oportunidade para a eleição dos diversos grupos sociais existentes. Para entender melhor como se dá a representação política no Brasil, utilizaremos como base o caso feminino. Entendendo as mulheres como uma maioria social, tendo em vista que já são maior parte da população

e do eleitorado, mas minoria no cenário político cabe averiguar de onde vem, como estão legislando e para onde estão indo as deputadas federais.

1.2 - Sistemas Eleitorais - entraves e influências - o caso das mulheres.

O sistema eleitoral permite entender em que medida adoção de um ou de outro sistema afeta a eleição das mulheres. Os sistemas eleitorais, segundo NICOLAU (2004: 10), são os mecanismos responsáveis pela transformação dos votos dados pelos eleitores no dia das eleições em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo). Estes sistemas são classificados em diversas tipologias, mas há um consenso entre especialistas no assunto sobre a junção destes sistemas em três formas: a representação majoritária, proporcional e misto.

Os sistemas majoritários visam à eleição do candidato que obtiver maior número de votos; já os proporcionais tendem a ter uma distribuição de cadeiras igual à votação obtida pelos concorrentes e os mistos são aqueles que utilizam simultaneamente aspectos de dois modelos de representação. O modelo do sistema eleitoral brasileiro é de representação proporcional para os cargos legislativos (estudados neste trabalho) e majoritários para o executivo.

Com relação à efetivação da representação, o sistema majoritário tende a produzir governos unipartidários e com representação de apenas uma parte da sociedade, pois visa garantir a eleição dos candidatos que receberam maior número de votos independente de sua posição na sociedade. De acordo com SARTORI (1996), o sistema majoritário busca apenas um vencedor, enquanto que o sistema proporcional tende a garantir a representação de diversos grupos da sociedade, sobretudo as minorias, assegurando que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no parlamento, ou melhor, procurando dar uma chance de representação no parlamento a quaisquer minorias significativas.

Há uma concordância entre diversos autores quanto à influência do sistema eleitoral sobre as oportunidades de eleições de diversos grupos sociais. Ou seja, dependendo do sistema eleitoral algumas pessoas teriam mais chances que outras de se tornar um representante. NORRIS (2003), por exemplo, após pesquisas concernentes a representação feminina considerou os sistemas proporcionais mais favoráveis do que os mistos e majoritários à eleição de candidatos em geral. Ela verificou que as oportunidades de as mulheres serem selecionadas para as listas de candidatos tornam-se mais fácil em sistemas proporcionais que em outros.

Ainda segundo NORRIS (2003), as mulheres têm duas vezes mais chances de serem eleitas nos sistemas proporcionais do que nos majoritários. Assim, em seus cálculos, o percentual médio de mulheres parlamentares nos sistemas majoritários fica em torno de 8,5%, nos mistos 11% e nos proporcionais, 15,4%. NICOLAU (2004³), analisando as mulheres representadas no legislativo de diversos países também chegou a uma conclusão próxima. A seu ver, os sistemas majoritários teriam 11, 7%, nos mistos, 12,7% e nos proporcionais 22,7%.

Dentre os argumentos utilizados pela literatura tanto nacional quanto internacional pelos quais os sistemas proporcionais seriam mais benéficos às mulheres, cabe destacar que nestes sistemas cada partido apresenta ao eleitorado sua lista de candidatos com vários nomes para cada distrito, incluindo candidatos que representem os diversos segmentos da sociedade. Segundo ARAUJO (2001), a não-inclusão de pessoas oriundas de grupos sociais como as mulheres atualmente, poderia ser vista como discriminatória e contra os ideais democráticos.

Já em sistemas majoritários, cada partido seleciona um único candidato, independente do perfil social, nestes casos, tem sido observado que os selecionadores tendem a escolher candidatos que aumentem as chances de vitórias, os chamados “bons de urna” independentemente do setor de origem do indivíduo (ÁLVARES, 2004).

³ Na reedição deste livro, Nicolau apresenta alguns dados além da primeira edição, incluindo a representação de mulheres.

ARAUJO (2001) argumenta que o sistema proporcional tende ainda a ser considerado mais benéfico à ascensão das mulheres na política porque favorece o chamado “efeito-contágio”, ou seja, um efeito gerado a partir da iniciativa de um determinado partido que tende a ser incorporado por outros partidos em razão de seu apelo eleitoral e as vantagens que eles possam vir obter. Nestes termos, os sistemas proporcionais têm sido identificados como *friendly-system* em relação às mulheres.

Neste sentido, o sistema eleitoral brasileiro não estaria afetando negativamente a representação de mulheres para os cargos legislativos, tendo em vista que as eleições para a Câmara dos Deputados são realizadas pelo sistema proporcional e desta maneira, oferecem um amplo número de cadeiras a serem ocupadas.

1.3 - Mulheres na Política Brasileira

Ao longo de sua existência, mais propriamente nos séculos XIX e XX, a mulher tem buscado a sua cidadania e seus direitos em geral. Em todos os setores, sobretudo o político, elas vêm superando o atraso e ocupando diversos cargos de prestígio.

No limiar do século XX iniciaram as manifestações em prol da participação feminina na política. Foram feitos jornais, palestras e debates a respeito desta questão. Foi criado inclusive o Partido Republicano Feminino em 1910. E, em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), uma organização que possuía filiais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre suas reivindicações estavam: assegurar direitos civis e políticos as mulheres.

Assim, as mulheres na década de 1920 empolgaram parte da opinião pública a seu favor e cada vez mais obteve adeptos a sua causa. BLAY (2002) em uma retrospectiva da participação feminina na política brasileira demonstrou que neste período as sufragistas fizeram campanhas e passeatas pelas ruas, chegando, inclusive a jogar panfletos por avião em pleno Rio de Janeiro, numa ação ousada e precoce.

Em 1927, no Rio Grande do Norte, a partir de uma lei estadual, as mulheres adquiriram direito de votar e serem votadas. O então presidente do Estado, Juvenal Lamartine do Partido Republicano, atendeu os anseios femininos e igualou o acesso ao poder. Já em 1929 foi eleita a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América do Sul, a saber: Alzira Soriano também pelo Partido Republicano. Ela foi eleita prefeita de Lages, no Rio Grande do Norte.

Aos poucos a questão foi ganhando espaço nacional, sobretudo após a República em 1930. Com isso, o nosso país se tornou o quinquagésimo país a assegurar as mulheres o exercício do voto e a possibilidade de serem votadas. O fato ocorreu em 24 de fevereiro de 1932, com o código eleitoral provisório (decreto nº 21.076). Foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral, em 1824, que garantia a alguns homens o direito de votar e serem votados, e a lei eleitoral que assegurava este mesmo direito as mulheres.

Desta forma, em 1934, Dra. Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), médica, pertencente à elite paulistana, representante do Partido Republicano Paulista, tornava-se a primeira deputada federal da história do Brasil, representando o Estado de São Paulo. Cabe lembrar que nessa eleição tivemos quatro mulheres candidatas. Todavia o sufrágio foi concedido de modo seletivo, pois só podia votar as mulheres com função pública remunerada⁴. O direito a votar a todas as mulheres em geral foi estabelecido pela Lei nº 4737, de 15/07, resultante do Código Eleitoral de 1965.

Segundo ARAUJO (2001), no caso brasileiro, ao contrário do que se costuma afirmar, a conquista dos direitos das mulheres não se deu tardiamente, quando inserimos esse processo no cenário internacional. Mesmo ocorrendo tardiamente o direito de voto às mulheres fez do Brasil um dos países considerados vanguarda nesta temática. Em relação à América Latina fomos o 3º a garantir esse direito, ficamos atrás do Equador e do Chile que adquiriram tal direito em 1929 e 1931, respectivamente. O primeiro país a inovar nesta questão foi à Nova Zelândia em 1893 e a Austrália em 1902.

⁴ Segundo o artigo 109 da Constituição de 1934 “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”.

Contudo, a conquista do voto em 1932 não significou para as mulheres uma mudança substancial nos valores sociais então vigentes, uma vez que continuava a existir uma estrutura patriarcal conservadora e um modelo de cidadania que privilegiava a esfera pública como espaço masculino.

A história política do país mostra que tivemos longos períodos de regime autoritário condicionando essa participação, além do que, houve a dominação das elites agrárias e oligárquicas. Os padrões oligárquicos tendem a restringir a participação política aos membros de uma elite vinculada à grande propriedade da terra ou àqueles setores que poderiam assimilar-se a ela.

Em 1937, com o golpe do Estado Novo, realizado pelo então presidente Getúlio Vargas, o congresso foi dissolvido e foram cassados os mandatos eletivos, inclusive o da primeira deputada federal eleita, Carlota Pereira de Queiróz. Somente em 1945 os partidos políticos voltam à legalidade e há novas eleições no ano seguinte. Juntamente com a redemocratização, as mulheres voltam à cena política, no entanto, em 1946 nenhuma mulher se candidatou para a Câmara dos Deputados. Tabak & Toscano (1982), alertam para o fato de que, não houve debate sobre a questão feminina no período eleitoral, e talvez esse tenha sido o motivo da insignificante participação feminina nesse pleito eleitoral.

No período democrático 1945 - 1964 as mulheres se organizaram em diversas frentes dentro dos partidos políticos e em organizações não-governamentais, a maioria em prol de melhorias sociais, como a criação de creches, bibliotecas e a carestia. Em relação à representação política foram eleitas oito mulheres nesse período.

Durante o Regime Militar (1964 – 1985), as mulheres buscaram agir politicamente em diversos meios. Na política institucional, muitas delas assumiram o parlamento devido à cassação do mandato dos maridos e / ou filhos. Algumas se engajaram a favor do regime e outras se organizaram em campanhas contra o regime. Segundo TABAK & TOSCANO (1982) a história política mostra que nessa época várias mulheres chegaram ao parlamento em substituição a seus maridos ou filhos mortos depois do Golpe Militar de 1964. Este deve ser o motivo pelo qual o pleito eleitoral de 1965 conseguiu eleger

seis mulheres a Câmara Federal, um número alto se comparado as eleições daquele período.

Com o decorrer do tempo, foram criadas inúmeras organizações de mulheres, sobretudo o movimento feminista, que visavam sua maior participação em todos os setores, lutando pela igualdade de gênero. De acordo com TABAK & TOSCANO (1982), foi na década de 1970 que a discussão da problemática feminina se colocou de forma efetiva e concreta no cenário mundial. Foi instituída a Década da Mulher (1975-1985) com novos debates, sobre a condição da mulher brasileira e a situação de discriminação e sub-representação em que se encontrava. Serviu de estímulo à demanda maior de mulheres na economia, na sociedade e, sobretudo nos cargos parlamentares.

Há ainda a necessidade de considerar que na década de 1970 as mulheres se tornaram mais visíveis na sociedade, vários estudos passaram a ser feitos a respeito de sua condição social. Para BORBA:

“o movimento de mulheres nos anos 1970 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades”. (BORBA, 2008: 36)

A partir deste momento, podemos perceber, há uma contribuição para um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, a crescente inserção das mesmas nos cursos superiores e a multiplicação de diversas organizações de mulheres em todos os setores da sociedade civil. Estes fatos contribuem para ampliar a participação da mulher em todos os setores da sociedade, inclusive nas esferas de poder, encorajando-as, também a organizarem-se politicamente.

Com essas novas oportunidades de incremento educacional, presença na força de trabalho e mudança nos padrões dos papéis tradicionais sexuais, registra-se o progresso das mulheres nos cargos de representação parlamentar. Nesta direção, TABAK & TOSCANO (1982) afirmam que:

“o processo de urbanização e industrialização, diversificação profissional, mecanização e automação contribuiu para o ingresso em massa de contingentes femininos para a produção social, a esfera universitária, acadêmica, parlamentar, diplomática e muitas outras”. (TABAK & TOSCANO, 1982:18)

Com a instituição da lei nº 6767 / 79, que estabeleceu a reorganização partidária e a institucionalização do multipartidarismo, as mulheres tiveram maiores oportunidades de adentrar no cenário político por meio dos novos partidos. Parte delas saiu dos movimentos sociais para atuarem nos partidos políticos, e nestes espaços o tema mulher tornou-se alvo de debates, programas e plataformas eleitorais. Foi uma forma de levar para o nível do Estado às reivindicações específicas da mulher.

Desta forma, como afirma BRABO (2008: 36)

“o espaço para a discussão de temáticas femininas ganhou espaço nos partidos a partir dos anos 1970 e, no Brasil, em particular nos anos 1980”.

É importante salientar que entre 1932 e 1982 não houve alteração significativa na representação feminina na Câmara dos Deputados. Foi um total de 29 mulheres eleitas em 50 anos de participação política, sendo que o número de eleitas à Câmara dos Deputados variou de 1 a 3 até 1982, exceção somente para o pleito eleitoral de 1965, que obteve seis eleitas. (Ver tabela 1)

A problemática feminina passa a ter visibilidade a partir da redemocratização quando se observa aumento de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. As eleições de 1982 para a Câmara dos Deputados mostram um aumento no número de candidatas e de eleitas. No total foram 42 candidatas e oito eleitas, o que possivelmente foi influenciado, entre outros fatores, pelo retorno ao multipartidarismo e o início do processo de abertura democrática.

Em 1986, de oito deputadas federais passamos para 26 eleitas, o que demonstra um aumento considerável da bancada feminina no parlamento. A partir de então este número vem aumentando, embora o crescimento ao longo do tempo seja quantitativamente pequeno, ele é constante, sugerindo que cada vez mais as mulheres estão ocupando espaços políticos.

Como mostra a tabela 3, desde que seus direitos políticos foram assegurados, foi apenas em 1986 que expressivo número de mulheres conseguiu espaço na Câmara dos Deputados. Pode-se perceber que ocorre um salto quantitativo na presença das mulheres na Câmara dos Deputados, quando temos 26 eleitas e esse número tendeu a ampliar-se, de maneira significativa, até 2006.

Tabela 3 - Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados.

Ano	34	46	50	54	58	62	65	70	74	78	82	86	90	94	98	02	06
Eleitas	01	00	01	03	02	02	06	01	01	04	08	26	29	32	29	42	45

Fonte: TSE. Elaboração própria.

A partir da década de 1990, cresceram os estudos que tinham por objetivo analisar as relações que se estabelecem entre mulheres e vida política. Tal fato ocorre devido maior inserção feminina nas esferas da vida social, principalmente no mercado de trabalho. Há também em todo o mundo, em especial na América Latina, a aplicação das ações afirmativas no campo político.

Ainda em 1990, BLAY fez um levantamento do perfil feminino na Câmara dos Deputados, quando a representação ainda estava começando a ganhar destaque e concluiu que a maioria tinha “nível universitário, exceto três que tinham o secundário completo. Predominavam jornalistas (sete) e advogadas (quatro). Nenhuma provinha de classes populares. Apresentavam experiência política prévia, embora 30% nunca tivessem sido eleitas. Uma a cada três possuía parentesco com políticos”.

A quantidade de mulheres eleitas vem, no decorrer dos últimos anos gradativamente, crescendo e é importante saber se o perfil elaborado por BLAY (1990) se manteve. Em virtude da situação de sub-representação das mulheres, os anos 1990 também se caracterizaram pela introdução de novas temáticas com relação às mulheres, como por exemplo, as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nos partidos políticos e nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medida para ampliar a presença feminina nesta área.

Estas ações afirmativas são nada mais que a adoção de dispositivos que atuam no sentido de afirmar, recuperar e distribuir direitos. Vem sendo aplicada com o objetivo de equilibrar relações de gênero, raça / etnia, entre outros. (Miguel, 2000). Em alguns países, a sub-representação política das mulheres tornou-se um problema, pois diversas manifestações começaram a ser feitas em prol da representação feminina, o que levou a que todos os partidos adotassem medidas para aumentar a proporção de mulheres eleitas.

Cabe ressaltar que as transformações que se processaram no Brasil com a redemocratização faziam parte de um processo de alterações no contexto político e ideológico internacional. Não é algo exclusivo de nosso país, seguimos o contexto que vinha ocorrendo no mundo. A maior participação das mulheres ocorreu em diversos países, mas coube em todos os países propiciar melhores formas para que isso ocorresse e chegássemos a um nível melhor de igualdade de gênero, independente do setor.

É importante ressaltar que nos países nórdicos, desde a década de 1970, ao lado do sistema de cotas, os partidos introduziram outras medidas de suporte para facilitar a candidatura feminina, como, por exemplo, as creches “de dia” para as crianças (AVELAR, 2001). Assim, elas poderiam deixar os filhos e se dedicar a atividade política.

Era uma forma de trazer as mulheres para a política, tendo em vista que muitas delas poderiam até querer participar, mas teriam que ao invés disso, cuidar dos filhos. Curiosamente, são estes países que estão hoje entre aqueles com maior número de mulheres no Congresso. Conforme estatística publicada pela INTER PARLAMENTAR UNION - IPU em Genebra (1999), nos 178 parlamentos estudados, a proporção média de deputadas é de 13,2%. (Avelar,

2001). Entre os primeiros lugares estão os países nórdicos, onde a proporção de mulheres parlamentares é de 38,9%.

Em 1995 foi realizada em Beijing, na China a IV Conferência para as Mulheres. Segundo NORRIS (2003) esta Conferência teve como consequência o comprometimento dos países envolvidos com a demanda crescente por inclusão e *empoderamento* das mulheres em cargo político na certeza de que:

“O empoderamento das mulheres e sua plena participação na base da igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo de tomada de decisão e acesso ao poder, é fundamental para a realização da igualdade, desenvolvimento e paz”. (in: ÁLVARES, 2004: 57)

Depois da conferência foi aprovada pelo legislativo brasileiro a Lei Eleitoral nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, apresentada pela então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) e que estabelecia normas já para as eleições de 1996. O Legislativo brasileiro regulamentou (Art. 11 § 3º) essa medida, nos seguintes termos: *“Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”*.

A partir das eleições de 1998, de acordo com a Lei nº 9504, de 30/09/1997, essa medida ficou da seguinte forma, no Art. 10º § 3º: *“Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”*. ÁLVARES (2004).

Entretanto, as políticas de cotas receberam muitas críticas devido a dois principais motivos: 1º) deveriam ser assegurados 50% de vagas para as mulheres e não apenas 30%; 2º) os partidos políticos não são obrigados a obedecer esta lei, logo, se não quiserem indicar nenhuma mulher, não há problemas, pois não serão punidos.

Nos três pleitos eleitorais realizados após a instituição das cotas na Câmara dos Deputados, o número de eleitas cresceu, atingindo os contingentes de 29, 46 e 45 nos pleitos eleitorais de 1998, 2002 e 2006, respectivamente.

Mesmo assim, no cenário internacional, o Brasil atualmente integra o grupo dos sessenta países com pior desempenho quanto à presença de mulheres no Congresso. Só na Câmara dos Deputados são apenas cerca de 9,0 % de presença feminina. Segundo o IPU, o Brasil ocupava em 2007 a 104ª posição entre 189 países. A frente do Brasil encontra-se grande parte dos países da América Latina (Argentina em 9º, Peru em 20º e Equador na 31ª posição).

Fato é que, mesmo diante de um cenário tão conturbado, as mulheres estão conseguindo se eleger e adentrar neste cenário. Por mais que sua representação ainda seja mínima, aos poucos ela vem crescendo. Se comparado ao ano de 1986, ao longo destes vinte anos, sua representação cresceu cerca de 50% na Câmara dos Deputados. Pouco? Sim. Mas não o suficiente para deixar de dar relevância a este grupo, tão pouco destacado pela literatura e pela sociedade em geral, mas com grande valor para a conjuntura política brasileira.

Desta maneira, torna-se crucial saber quem são essas elas mulheres eleitas? De onde vem, o que defendem no Legislativo Federal e para onde vão depois do primeiro mandato? São essas as questões que procuramos responder no próximo capítulo.

Capítulo 2 – Perfil das Deputadas Federais brasileiras (1986 – 2011)

O objetivo deste capítulo é identificar a origem sócio-ocupacional e trajetória políticas das parlamentares ao longo de suas carreiras.⁵A partir dos dados coletados procuro identificar os padrões de entrada feminina na Câmara dos Deputados.

Com relação a este tema, RODRIGUES (2002) fez um levantamento sócio-ocupacional dos deputados brasileiros nas 51^a e 52^a legislaturas, tentando averiguar as diferentes bases sociais de recrutamento partidário. Para ele é importante analisar as posições originárias dos políticos, pois contribuem tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, como para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais.

A hipótese a ser testada neste capítulo é a de que as deputadas filiadas aos partidos de esquerda tiveram como bases de apoio a trajetória em movimentos sociais, obtendo a cada pleito eleitoral um cargo de maior prestígio na estrutura de oportunidades oferecida pelas esferas de poder, ou seja, vereadoras, deputadas estaduais até chegar a Câmara dos Deputados.

Esse padrão pode ser definido como uma estrutura de carreira endógena, isto é, o indivíduo vai construindo uma trajetória ascendente galgando aos poucos espaço de poder até conseguir cargos de maior prestígio. Inicia na vereança até chegar ao Senado ou até mesmo a presidência.

MARRENCO (1997), em uma pesquisa geral dos parlamentares brasileiros analisou as mudanças nos padrões de recrutamento parlamentar durante o período de 1950 até 2000 a partir do exame de dados biográficos de deputados federais em oito legislaturas. Ele averiguou a trajetória política dos parlamentares, tempo de mandato, partido, idade, em suma, faz uma série de levantamentos para tentar definir de onde vêm e quem são os deputados

⁵ Para realização deste perfil foram coletadas informações de caráter biográfico, tais como estado, escolaridade, profissão e filiação partidária. Procurou-se verificar as ocupações em cargos anteriores públicos e eletivos para construção da carreira política. Foram coletadas também informações referentes ao número de mandatos já exercidos, a ocupação de cargos de liderança em sindicatos.

federais brasileiros e conseguiu mostrar que muitos deputados chegaram a Câmara dos Deputados após a passagem pela política municipal e estadual. Foram aos poucos construindo um capital político para conquistar maior conceito e conseqüentemente um cargo cada vez maior.

Uma forma de ir obtendo um nome reconhecido seria a participação em movimentos sociais e sindicais. O indivíduo passa a defender determinada posição diante dos companheiros e acaba se tornando uma liderança entre eles. Pelo seu destaque perante o grupo, ele termina adentrando no cenário político e utiliza o movimento como base eleitoral, pois politicamente ele teria “teoricamente” maiores chances de ajudar os outros, principalmente indicando projetos que melhorasse a vida de seus colegas.

TABAK & TOSCANO (1982) ao averiguarem a participação das mulheres na política brasileira destacam a importância de se considerar as “formas não institucionalizadas de participação” e que constituem em um canal de participação de grande relevância, como os movimentos sociais. A presença em associações de bairros e organizações não governamentais, por exemplo, contribui para o *empowerment* feminino.

Outra hipótese analisada neste capítulo é que as deputadas eleitas pelos partidos ideologicamente considerados de direita e centro, ao contrário das de esquerda, conseguiram ser eleitas com capital político e social originários de outros campos sociais. Elas usufruíram de influencia familiar de algum político já conhecido, ou de uma rede de relações pessoais para associar sua imagem e vencer eleições. Logo, supõe-se que essas mulheres entraram na arena política já diretamente para a Câmara de Deputados, constituindo uma carreira política lateral.

Este também constitui importante via de acesso a Câmara dos Deputados, tendo em vista que o candidato usufrui do nome do político e / ou apoio para iniciar sua carreira política. No caso das mulheres, normalmente estão nas condições de filhas ou esposas de políticos, ou seja, já com tradição no campo político.

De acordo com BEZERRA (1999) a importância das relações de parentesco e familiarismo no Brasil esta muitas vezes relacionada aos usos práticos que esta ligação pode adquirir como favores, proteção e auxílio, no

caso político, o indivíduo entraria com o apoio de uma relação pessoal e depois lutaria em prol das vontades de seu tutor, seria uma espécie de contrato informal.

Um estudo feito em 2007 pelo *site* Congresso em Foco⁶ revelou que pelo menos 122 parlamentares, entre os titulares e suplentes que assumiram o cargo na atual legislatura, são parentes de políticos. Entre eles estão 92 deputados que são pais, mães, filhos, irmãos, netos, avôs, sobrinhos e cônjuges de políticos tradicionais. Cabe destacar de antemão que estas mulheres não formam um grupo homogêneo. Suas origens, trajetórias de vida e formas de inserção na política são bastante diferenciadas.

Para dar início à demonstração do perfil das deputadas será feita uma análise da filiação partidária destas deputadas e, posteriormente, serão separadas por corrente ideológica. Com estas variáveis podemos avaliar quais profissões, regiões e trajetória anterior à entrada na Câmara dos Deputados estiveram mais relacionadas à determinada ideologia e assim construir o padrão de carreira destas mulheres.

Para testar as hipóteses apresentadas um aspecto de fundamental importância refere-se à filiação partidária das deputadas federais. Com estes dados é possível descobrir por quais partidos as deputadas vêm sendo eleitas e ver se há similaridade entre as carreiras políticas e a corrente ideológica.

Segundo RODRIGUES (2002) o recrutamento ocorre em meios sociais e ocupacionais variados e há diferenças significativas na composição social das bancadas partidárias. Os parlamentares segundo suas origens e seus status sócio-econômicos tenderiam a candidatar-se por partidos que mais se aproximassem de suas convicções ideológicas e que atendessem seus interesses.

Para MARRENCO:

“as identidades partidárias são produto da rotina gerada de uma eleição após a outra, ao longo de muitos anos, que permite a assimilação de imagens, símbolos e valores associativos a cada partido”. (MARRENCO, 1997:87)

⁶ Ver <http://congressoemfoco.ig.com.br>

Antes de iniciar a discussão dos dados, cabe destacar que existe na literatura uma discussão sobre a dimensão dos partidos políticos, e que fazem diferença para a constituição deste trabalho. Uma das formas de distinguir os partidos políticos e que citamos neste trabalho é pelo seu tamanho⁷.

Segundo SCHMITT (2000), ao fazer um levantamento sobre a história dos partidos políticos no Brasil, esta teoria é baseada na teoria de que quanto mais representatividade um partido obtém nas eleições, maior é o seu tamanho, sendo assim, teríamos no decorrer de todo período pós-redemocratização, tomando como parâmetro somente o nível nacional, sete partidos considerados maiores e que nitidamente se destacam dos demais. São eles: PMDB, PFL / DEM, PSDB, PPB / PP, PT, PDT e PTB. Na Câmara dos Deputados, eles ocuparam cerca de 90% das cadeiras disponíveis. A lista de pequenos partidos é mais extensa e corresponde aos outros que não obtiveram grande representação na Câmara dos Deputados.

Com relação à dimensão do partido e a eleição de mulheres, ARAÚJO relata que,

“nos grandes partidos, sobretudo nos tradicionais, de centro ou de direita, os espaços e áreas de influência já se encontram consolidados e tendem a ser alvo de disputas mais acirradas, já os partidos pequenos estão à procura de novas áreas de apoio e, por isso, tendem a ser mais abertos ao ingresso de mulheres.” (ARAÚJO, 2001: 21)

Na mesma direção, TABAK & TOSCANO (1982) numa análise sobre a presença feminina na política afirmam que as mulheres possuem maior espaço nos partidos pequenos, o fato está relacionado ao baixo índice de concorrência encontrado nestas organizações. À medida que cresce o número de cadeiras conquistadas por cada partido na Câmara dos Deputados, há menor incidência de representantes femininas. De acordo com as autoras, as mulheres que foram eleitas nos grandes partidos até então, muitas vezes foram beneficiadas

⁷ Os partidos políticos podem ser separados também por organização interna, perfil social de seus membros e atuação parlamentar.

pelo capital político delegado da família como do pai, do marido ou de parentes próximo.

Para ARAÚJO (2001) quanto menos fragmentado é o sistema partidário, mais se caracteriza por partidos muito grandes e mais consolidados, pois estes não se encontrariam inteiramente abertos ao ingresso de novos atores. Assim, a eleição de mulheres seria mais bem viabilizada em partidos de médio e pequeno porte. Logo, as mulheres teriam mais chances de serem eleitas por partidos menores.

Nesse sentido, a fragmentação partidária, ocorrida em diversos países com sistemas proporcionais, inclusive no Brasil, não é entendida como algo ruim para o processo de eleição das mulheres. Para alguns autores, a fragmentação tende mesmo a ser interpretada como benéfica, pois, ao estimular a competição entre partidos, estimula a incorporação dos novos atores sociais. (ARAUJO, 2001).

Segundo NICOLAU (2004) há de se considerar que apesar da fragmentação, os eleitos, em geral, são de pouco menos que dez partidos, aqueles que já estão mais dentro do sistema, considerados maiores, assim, nem sempre a criação de um novo partido ajudará a eleição de mulheres e outras minorias, pois este novo partido terá que galgar um longo caminho para chegar entre os dez mais importantes. Uma forma de ele conquistar cadeiras é por meio de coligações partidárias, mesmo assim, o percentual é baixo.

Percebemos que ao longo do período analisado, há certa consolidação de alguns partidos como reduto das deputadas na casa. As deputadas foram eleitas no período por um total de 17 partidos, um grupo bastante homogêneo se considerarmos que no mesmo tempo os homens foram eleitos por mais de 30 siglas⁸. (MESSEMBERG, 2002).

No contexto geral, a maior parte das mulheres foi eleita pelos maiores partidos. Partidos como PMDB, DEM, PSDB, PTB e PT têm conquistado, como vimos, maior número de cadeiras em toda a Câmara dos Deputados, e com as mulheres não está sendo diferente, pois eles também tem conseguido eleger maior número absoluto de mulheres.

⁸ Ver tabela em anexo.

Desta maneira percebemos que apesar de existir um grande número de siglas, as mulheres foram eleitas, principalmente, pelos partidos com maior presença no sistema político nacional, o que vai diretamente ao encontro da tese de Nicolau e, ao mesmo tempo, descarta as teorias de que as mulheres são eleitas, sobretudo, pelos partidos menores.

O PMDB segue responsável por grande parte das mulheres eleitas, exceto nas eleições de 2002, sendo o partido político que mais elegeu mulheres. Em segundo lugar aparece o PT. Este partido teve seu auge nas eleições de 2002, quando conseguiu eleger o maior número de mulheres até o momento. Tal fato pode estar relacionado à eleição do presidente Lula e a entrada de novos atores no cenário político.

No entanto sua representação caiu pela metade nas eleições de 2006. Podemos associar este decréscimo ao efeito contágio, já assinalado anteriormente, pois foi o pleito eleitoral que teve o maior número de partidos elegendo mulheres.

Cresce consideravelmente o percentual de mulheres eleitas pelo PCdoB ao longo destes anos. Este partido considerado pequeno, se analisarmos sua representação ao longo do período estudado, tinha em 1987 apenas uma representante e aos poucos foi aumentando gradualmente até conseguir obter cinco representantes em 2006, mais que PSDB e DEM, considerados partidos relevantes no cenário político nacional. Este partido vem desde a década de 1990 fazendo coligações com partidos maiores, sobretudo o PT, o que de certa forma explicaria sua ascensão nos últimos pleitos eleitorais.

Empatados em terceiro lugar estão DEM e PSDB. Ambos, apesar de na contagem geral para o período concentrar parcela expressiva de parlamentares, está perdendo espaço no decorrer dos anos. Desde as eleições de 1998 os números de mulheres eleitas vêm decrescendo.

Temos que ressaltar o crescimento de mulheres eleitas por partidos considerados menores, por exemplo, PCdoB e PSB. Eles vêm conquistando, a cada pleito eleitoral, mais representantes, obtendo um percentual muito próximo ao dos partidos considerados maiores. Ambos possuem mais representantes que PDT e PTB, partidos com tradição no cenário político

nacional, e estão muito próximos ao número de cadeiras conquistadas por DEM e PSDB.

Todavia, temos uma contradição em nosso sistema partidário, pois como foi exposto anteriormente, são os partidos considerados maiores que elegem mais representantes femininas. No entanto, como podemos perceber estes partidos estão entre os partidos que indicam os menores números de candidaturas, bem distante inclusive da porcentagem exigida pela lei de cotas⁹.

Os partidos que percentualmente mais indicaram candidatas estão entre aqueles considerados pequenos: PCdoB, PRONA, PCB e PSTU. No entanto, destes, somente o PCdoB conseguiu eleger representantes. Em 2006, por exemplo, entre os quatro partidos que conseguiram maior número de representantes, o PSDB indicou cerca de 14%, DEM e PT ficaram em torno de 12% e o PMDB que teve o maior número de deputadas eleitas indicou apenas 11,14%.

Uma das formas para explicar a eleição por partidos maiores é o fato de estes oferecerem maior respaldo aos seus candidatos, pois possuem mais recursos partidários e até mesmo mais espaço durante o horário eleitoral gratuito.

Mediante a análise dos dados coletados ficou claro que nem todos os partidos oferecem oportunidades iguais às mulheres. Elas têm mais possibilidade de se candidatar em partidos de pequeno porte, pois estes chegam a indicar até mesmo o dobro de outros partidos com mais vitalidade no cenário político nacional.

Todavia nem mesmo os partidos menores chegam a indicar o percentual mínimo de 30% estabelecido na lei de cotas instituída em 1997. No entanto, a vitória eleitoral ocorre mesmo por meio dos partidos maiores, pois, apesar da pouca indicação, elegem uma porção bem maior de representantes. Partidos como PMDB, PT, PSDB e DEM podem ter uma estrutura menos acessível, mas ter o nome relacionado em suas listas para concorrer a um cargo, já é um diferencial na hora da eleição.

⁹ Ver tabela em anexo.

Juntos, estes partidos representam a maioria das mulheres eleitas. Com isso, podemos inferir que, apesar de indicarem poucas representantes, eles selecionam aquelas que realmente têm capacidade de ganhar, consideradas “boas de urna”. Logo, mesmo que aja maior dificuldade de adentrar, os partidos maiores são considerados melhores para a eleição de mulheres.

Um segundo passo para responder as hipóteses levantadas neste capítulo é dividir os partidos por corrente ideológica¹⁰. Nesse caso, para a classificação da parlamentar em esquerda, centro ou direita em cada legislatura, foi utilizado o partido pelo qual a representante foi eleita, desconsiderando assim, futuras migrações partidárias.

Em relação à dimensão ideológica partidária, diversos estudos relatam que a participação política das mulheres tem sido bem mais estimulada, pelos partidos de esquerda. Eles tendem a absorver e investir mais em mulheres, e isto se reduz à medida que o perfil se volta mais para a direita.

KATZ E MAIR (1992) realizaram um amplo estudo comparativo envolvendo trinta anos (1960-1990) de existência de 79 partidos em democracias consideradas consolidadas. Nesse estudo mostram que foram os partidos de esquerda os primeiros a adotar algum tipo de procedimento para ampliar a participação das mulheres na política. Talvez por isto, os autores constataram que, desde os primeiros anos analisados, esses partidos detinham percentuais maiores de dirigentes e de representantes parlamentares do sexo feminino. Todos os estudos mais recentes corroboram essa tendência.

Na mesma direção, TABAK & TOSCANO (1982) relatam que:

¹⁰ Para relacionar os partidos políticos a determinada corrente ideológica utilizou-se as definições de Figueiredo & Limongi (1994) sobre esquerda, centro e direita. A partir desse trabalho, os autores concluíram que, pela análise das votações, é possível dividir o plenário segundo padrões ideológicos clássicos: esquerda, centro e direita. Nesse caso, teríamos como componentes da esquerda o PT, PDT, PSB, PC do B, PCB/PPS, PV e PSTU. Compõem o centro do Congresso, PMDB e PSDB. Para a direita são considerados PDS, PFL/DEM, PTB, PP e mais um grupo de 17 pequenos partidos que incluem PPR, PRONA, entre outros.

Sendo assim, os partidos ficaram definidos de tal forma:

- 1) Centro: PSDB e PMDB.
- 2) Esquerda: PT, PSB, PCdoB, PDT, PSOL, PSTU, PPS
- 3) Direita: DEM, PP, PDS, PRP, PR, PSC, PTB, PRONA

“no seu conjunto, são os partidos de esquerda, mais particularmente os partidos socialistas e comunistas, que tendem a ampliar o número de mulheres admitidas no Parlamento ou no governo”. (TABAK & TOSCANO, 1982: 16)

Estes partidos, com o intuito de dar oportunidades a todos os segmentos sociais, propiciam políticas de incorporação de mulheres e outros grupos excluídos, assim, conquistam também maior número de eleitores.

No Brasil, a partir da década de 1980, os partidos políticos passaram a ter em seus estatutos itens relacionados à organização das mulheres, indicando certo compromisso com a representação de diversos grupos sociais¹¹. Foram os partidos de esquerda que deram início a estas iniciativas, o que acabou gerando também um efeito-contágio, pois aos poucos, todos os partidos foram aceitando as demandas femininas em seus quadros.

PUPPEN & MURARO relatam que:

“sem dúvida, partidos de esquerda tendem a abrir mais espaços e a investir mais em políticas de gênero. Os partidos, notadamente os de ideologia mais a esquerda, têm-se constituído em importante espaço de atuação para as mulheres”. (PUPPEN & MURARO, 2001:96)

Segundo NORRIS (2003), foram os partidos alinhados à esquerda aqueles que mais tomaram iniciativas no sentido de estimular a organização específica das mulheres. Contudo, de acordo com ARAÚJO (2001) há indícios, cada vez mais fortes, de que com o decorrer do tempo e a maior atenção dada a sub-representação das mulheres, tais iniciativas vão perdendo essa característica ideológica e começam a perpassar as organizações partidárias em geral.

Ainda segundo ARAÚJO (2001), isso tem como consequência, a legitimidade e o espaço que o tema da participação política da mulher adquiriu

¹¹ Segundo PRÁ (1992:99) “os estatutos dos partidos no Brasil prevêm a criação de departamentos de mulheres, de jovens, de trabalhadores e de negros, como forma de assegurar a participação dos segmentos sociais marginalizados do processo político”.

na sociedade. E reflete também a percepção partidária de que as mulheres e / ou o tema dos direitos das mulheres ganhou apelo eleitoral.

Hoje, cada vez mais, os partidos políticos em geral vêm promovendo a criação de setores dedicados a diversos segmentos da sociedade, assim como palestras e manifestações sobre vários temas. Temos em praticamente todos os partidos, independente da colocação ideológica, departamentos especializados ao tratamento de questões concernentes, por exemplo, aos negros e as mulheres.

A partir dos dados coletados, como pode ser visto na tabela 04, percebemos que no período estudado foi nos partidos de centro e esquerda que as deputadas eleitas no período concentram suas atuações.

Tabela 04: Distribuição das deputadas por corrente ideológica segundo legislatura.

Legislatura	Corrente Ideológica					
	Esquerda		Direita		Centro	
	N	%	N	%	N	%
1987-1991	10	40,0	07	40,0	09	20,0
1991-1995	12	45,0	09	20,0	08	35,0
1995-1999	12	40,0	05	40,0	15	20,0
1999-2003	11	30,0	04	48,0	14	12,0
2003-2007	23	60,0	08	25,0	11	15,0
2007-2011	20	50,0	11	30,0	14	20,0
Total	88	-	44	-	71	-

Fonte: TSE e Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

Neste período, os partidos de esquerda apresentaram maior proporção de mulheres eleitas, obtendo, exceto em 1990, um percentual praticamente duas vezes maior que a direita. A esquerda só ficou em segundo lugar em 1998, quando o centro obteve quase 50 % dos eleitos.

Exceto em 1991, a direita obteve sucessivamente um percentual abaixo das outras correntes ideológicas, ficando, desta maneira, em último lugar, mas a partir das eleições de 2002 ela vem apresentando um ligeiro aumento no número de representantes eleitas.

Já o centro vem mantendo um número de deputadas federais eleitas ao longo do período estudado, depois de uma expressiva votação em 1998, voltou a ficar em segundo lugar nas legislaturas posteriores. Apesar de em algumas eleições ter obtido uma taxa próxima à esquerda, na contagem geral dos eleitos, permanece em segundo lugar.

Desta maneira, ao contrário do percentual geral da Câmara dos Deputados, onde temos o centro elegendo maioria dos parlamentares e corroborando a literatura aqui apresentada podemos concluir que são os partidos de esquerda, aqueles que mais elegem mulheres para a Câmara dos Deputados brasileira.

Como foi relatado anteriormente, desde a década de 1980 foram eles que iniciaram políticas favoráveis a participação de mulheres e isso pode ter revertido na maior participação de mulheres nesta corrente ideológica na atualidade. Centro e Direita ficam em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Todavia, se avaliarmos somente o último pleito eleitoral vê-se que a esquerda perdeu um pouco de representantes, enquanto as outras correntes ideológicas conseguiram aumentar sua representação. Este pode ser o indício de uma maior homogeneidade na representação política das mulheres, mas, obviamente que precisaremos de mais um longo período para saber se essa situação realmente irá ocorrer.

Por fim, é importante relatar que a eleição de uma deputada por um determinado partido não significa, porém, que ela esteja totalmente alinhada ao

discurso ideológico proposto. As filiações podem ter por objetivo concorrer às eleições, relações de amizade, necessidade de completar a lista do partido ou a oportunidade que o indivíduo obteve em determinado partido.

Para testar a hipótese apresentada neste capítulo, procuramos averiguar a partir de agora qual corrente ideológica está mais relacionada às diferentes maneiras de ingresso na carreira política. MARRENCO & SERNA (2007) analisando os padrões de recrutamento legislativo entre partidos de esquerda e de direita em três países da América do Sul (Brasil, Chile e Uruguai), e RODRIGUES (2002) demonstraram que há padrões de recrutamento diferentes segundo a posição política nos blocos ideológicos de centro, esquerda e direita.

Para estes autores, os parlamentares de partidos com espectro ideológico à esquerda tendem a apresentar um modelo de carreira política endógena, ou seja, são recrutados no interior das organizações partidárias, participam de movimentos sociais e são pessoas com anos de filiação que convertem a militância em recursos para sua campanha.

Já os parlamentares de direita são pessoas com capital pessoal e carreiras profissionais já consolidadas, dificilmente participaram de algum tipo de movimento ou da estrutura interna do partido; os de centro possuem origem mais heterogênea, com indivíduos tanto de características de esquerda quanto de direita.

É importante ressaltar que nem sempre uma deputada fez parte somente de algum movimento social, ou apenas do partido político, como veremos adiante, para muitas delas há uma intersecção entre ambos. Como podemos perceber esta é uma característica que abrange grande parte das parlamentares e que vem ocorrendo com mais frequência nos últimos pleitos eleitorais.

Com o envolvimento nestes movimentos sociais a pessoa ganha popularidade dentro da comunidade e vai tendo seu nome associado à prática do bem comum e a construção da cidadania, angariando, desta maneira, boa parte dos votos. Os movimentos sociais que ganham destaque no recrutamento para a Câmara dos Deputados são na área da educação. Estes movimentos, como por exemplo, associação de professores estaduais e

municipais. Por ser uma classe numerosa, a presidência em uma dessas associações aliado a algumas conquistas para a categoria, pode constituir-se num enorme degrau para a carreira política.

Tabela 05 – Percentual das deputadas oriundas de movimentos sociais e de organização partidária por legislatura.

Legislatura	Mov. Social	Org. Partidária
1987 -1991	30.0	30.0
1991 - 1995	45.0	30.0
1995 - 1999	45.0	50.0
1999 - 2003	35.0	42.0
2003 - 2007	65.0	30.0
2007 - 2011	45.0	45.0

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

Percebe-se que tanto para os movimentos sociais quanto para a participação na estrutura partidária temos médias consideradas relevantes. A participação em movimentos sociais obteve um decréscimo na atual legislatura, enquanto que o envolvimento na estrutura do partido conseguiu um ligeiro aumento, mas ambas permanecem com mesma média no período avaliado.

Para MARRENCO (1997: 95) esta situação ocorre porque muitas pessoas procuram uma rota alternativa para o ingresso na carreira política a partir da atividade partidária. A seu ver “após ter dedicado boa parte de sua vida às tarefas de organização do partido, o indivíduo resgata a energia e o tempo investidos, convertendo-os em suporte coletivo (militância, finanças) para sua campanha”.

O capital político emprestado pelo partido oferece, ainda, a possibilidade de suprir uma carência de atributos pessoais – notoriedade, diploma, posses –

compensados pela oferta de contrapartidas simbólicas como programas, visões de mundo, valores éticos e bandeiras sociais, transferidos pela identificação partidária.

Sabendo que este é um aspecto comum entre várias deputadas federais, torna-se importante relacionar estes achados com a ideologia política, pois desta maneira começamos a responder se as mulheres de diferentes espectros ideológicos possuem estruturas de carreira distintas.

Tabela 06 – Percentual das deputadas de acordo com movimento social e participação na estrutura partidária X Ideologia Política.

Ideologia	Mov. Social	Org. Partidária
Centro	20.0	25.0
Esquerda	75.0	60.0
Direita	5.0	15.0
Total	100.0	100.0

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

Como podemos perceber na tabela 06 aproximadamente 75% das mulheres que vem de movimentos sociais ou que participaram da estrutura partidária são oriundas de partidos de esquerda. Podemos citar, por exemplo, as eleições de 2002, quando a esquerda teve um grande número de votos. Ao mesmo tempo foi o ano que tivemos um número de representantes desta área bem superior a média. Em contrapartida, as representantes da direita somam apenas 20%. O centro permanece com um percentual acima da direita, mas ainda bem inferior à esquerda.

O maior peso entre os partidos de esquerda que elegeram mais representantes femininas oriundas de movimentos sociais e da estrutura

interna partidária é do PT e do PCdoB. Tal fato decorre em virtude da própria construção desses partidos, pela ação de trabalhadores e ativistas comprometidos com as lutas sociais. Cabe lembrar que são nestes partidos também que se encontram maior número de mulheres participando da estrutura partidária interna.

Outro dado importante para entender o perfil das deputadas é a região que elas representam para em seguida estabelecer relações entre a eleição de mulheres, a corrente ideológica a que pertencem e a forma de ingresso na política. Segundo alguns estudos, no que tange as eleições municipais, as mulheres chegam a ter duas vezes mais chances de serem eleitas nas regiões Norte e Nordeste do que em outras partes do Brasil. Já no caso do legislativo federal as melhores chances estariam na região Sudeste. (MIGUEL, 2003).

Tabela 07: distribuição de deputadas segundo região e legislatura.

Legislatura \ Região	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011	Total
	N	N	N	N	N	N	N
Norte	08	08	10	05	08	13	52
Nordeste	07	03	03	03	08	09	33
Centro-Oeste	03	04	06	07	05	03	28
Sudeste	08	12	11	12	15	16	74
Sul	-	02	02	02	06	04	16
Total	26	29	32	29	42	45	203

Fonte: TSE e Site da Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Entre as deputadas eleitas no período estudado prevalecem às deputadas provenientes das regiões Sudeste. É natural que uma parcela significativa das

mulheres que entra na Câmara dos Deputados tenha origem no Sudeste, uma vez que essa região concentra maioria da população total do país e, pela regra da proporcionalidade, conta com mais cadeiras no Congresso¹².

Já a situação do Norte é outra: apesar de concentrar pouco mais de 7% da população brasileira, a partir das eleições de 1998 há uma queda de representantes femininas. Mas cresce consideravelmente em 2006, conseguindo se tornar além da região com segundo número de mulheres na Câmara dos Deputados, a região com segundo melhor desempenho quanto à participação de mulheres.

A região Sul foi a que menos elegeu mulheres ao longo da história com apenas 16 representantes, quase metade o penúltimo lugar, o Centro-Oeste com 28 parlamentares. Tal fato contraria a tese de serem as regiões mais industrializadas, ou os maiores distritos eleitorais, aqueles que têm maior probabilidade de eleger mulheres.

A região Nordeste mantém baixa representação no período, mas cresce bastante após 2003. Em contrapartida a região Centro-Oeste vem demonstrando baixa representatividade feminina, ficando apenas a frente da região Sul.

Sabendo em quais regiões as mulheres estão representadas podemos, a partir de então, estabelecer relação entre os resultados obtidos e as correntes ideológicas. Com este dado em mãos, podemos perceber onde estão localizadas no Brasil as deputadas eleitas por diferentes ideologias partidárias.

Segundo ARAÚJO (2001), as mulheres com ideologia voltada à esquerda tenderiam a ser eleitas predominantemente a partir de vínculos com movimentos associativos, e essa eleição dá-se, principalmente, nos estados da região Sudeste. Já entre os partidos situados à direita e no centro continua predominando a eleição de mulheres nas regiões Norte e Centro-Oeste, em geral apoiadas em laços de parentesco. Essa distribuição, por sua vez, corresponde, à disposição de forças dos partidos nas diversas regiões.

¹² Ao todo 179 vagas (SP: 70, MG: 53, RJ: 46 e ES:10).

Tabela 08 – Distribuição em percentual entre Corrente Ideológica e Regiões (1987 – 2011).

Região	Corrente Ideológica		
	Esquerda	Centro	Direita
Sul	40	30	30
Sudeste	50	30	20
Centro-Oeste	25	45	40
Norte	15	35	50
Nordeste	25	30	45

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

Com base na tabela 08 podemos perceber que da mesma forma que relata a literatura, realmente as parlamentares de esquerda tendem a ser eleitas principalmente nos estados das regiões Sul e Sudeste. Nordeste e Centro-Oeste, por exemplo, obtém metade das eleitas pelo Sudeste. Já a região Norte é onde possui menos representantes deste espectro ideológico.

Com relação à direita, os dados se invertem claramente, há uma total predominância nas regiões Norte e Nordeste e um declínio absoluto na região Sudeste. Já o centro possui um percentual igual à direita na região Sul e predomínio na região Centro Oeste.

O próximo passo a ser analisado é a relação entre as profissões das parlamentares eleitas em relação à corrente ideológica. Desta maneira saberemos quais as profissões estão sendo mais recrutadas para a Câmara dos Deputados e se há diferenças entre os modelos de carreira política e as ideologias partidárias.

Segundo CORADINI (2003) muitas profissões são importantes para que o candidato possa reverter seus contatos adquiridos por meio dela em votos

no futuro. É bom para aqueles que militaram em movimentos sindicais e / ou afins que podem lutar em prol da categoria e também para aqueles que têm relações clientelistas como médicos e advogados, apesar de este ser um recurso que sozinho não tem grande valor, ele ajuda a consolidar uma candidatura.

RODRIGUES (2002), por exemplo, concluiu que entre as profissões para a política, neste caso não só no Brasil, mas em diversos países ocidentais, o recrutamento ocorre principalmente dos empresários, advogados, funcionários públicos e por último os professores. A seu ver, profissões como advogadas e professores permitem que o candidato possa dispensar parte do tempo diário para as campanhas e conversas com os eleitores.

De acordo com MESSEMBERG (2002), com relação ao total de parlamentares, o empresariado também predomina; já os professores equivalem a pouco menos de 6% do universo e as ocupações de ruralista e engenheiro, que sequer aparecem no elenco de atividades profissionais das deputadas, ocupam, respectivamente, a terceira e a quarta posição no ordenamento da Câmara dos Deputados.

Como podemos perceber na tabela 09¹³, a maior parte das deputadas possui formação para a área educacional. Este é o setor que veio crescendo ao longo do período e que se consolidou sempre em primeiro lugar, mas obteve ligeira queda no pleito eleitoral de 2007.

Tabela 09 - Percentual das deputadas por profissão e legislatura (1987 – 2007)

Legisl. Profissão	1987 - 1991	1991 - 1995	1995 - 1999	1999 - 2003	2003 - 2007	2007 - 2011
Educação	30,0	30,0	35,0	36,0	48,0	32

¹³ Para facilitar a composição desta etapa optou-se por agregar algumas profissões em categorias, sendo assim, temos:

- 1) Saúde: enfermeira, médica e dentista.
- 2) Educação: professoras e pedagogas.
- 3) Comunicação: radialista, apresentadora e jornalista.

Advogada	12,0	15,0	20	12	12	12
Comunicação	9.0	9.0	8.0	6.0	5.0	5.0
Economia	6.0	3.0	7.0	3.0	10	10
Sociologia	-	6.0	3.5	3.0	-	-
Saúde	3.0	3.0	15	12	15	15
Outros ¹⁴	43	39	11,5	28	10	26

Fonte: TSE e Site da Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Em segundo lugar aparecem as profissionais da área da saúde. Esta área se consolida após 1999 e passa a prevalecer em segundo lugar. Curiosamente, nas eleições de 1986 e 1990 o setor da saúde equivalia somente a um quarto das advogadas. Mas após 1995 começa a inverter a situação e ocupa a segunda posição.

Em terceiro lugar aparecem às advogadas, no entanto, vemos que ao longo das três últimas eleições o percentual vem se mantendo o mesmo. Em caminho contrário vem à comunicação, que a cada pleito eleitoral esta perdendo mais representantes.

Outro grupo que vem obtendo expressiva votação é das economistas, sobretudo após as duas últimas eleições. Podemos supor que se a tendência ao crescimento se consolidar, em breve estará entre as primeiras posições.

Desta maneira concluímos que a Câmara dos Deputados brasileira é composta predominantemente por profissionais da área educacional. Um dado a ser considerado é o decréscimo no número de advogadas e o aumento do setor da saúde. Tal fato pode ser relacionado ao número de mulheres que constroem uma carreira profissional particular e depois de obterem sucesso convertem o capital adquirido para a política.

¹⁴ Refere-se a outras profissões, com apenas uma ou duas representantes e que somadas não obtiveram grande valor para a contagem da tabela. São estas: contadora, agricultora, comerciante, bancária, turismóloga, empresária, economista, assistente social, motorista de taxi, escriturária e química. Há ainda os casos não informados e aqueles considerados pela própria câmara dos Deputados como "outros".

BOHN (2005) fez uma análise comparativa entre o senado brasileiro e norte americano, no que tange a participação feminina em ambos e chegou a uma análise parecida. Seu estudo mostrou que a ala feminina do Senado é composta principalmente de professoras e advogadas, com 21% e 15%, respectivamente. Estas profissionais convertem toda notoriedade conquistada com estes cargos e remetem para a área política.

Sendo assim, percebemos que o perfil profissional das deputadas difere significativamente daquele observado para os homens, enquanto neste segmento predominam empresários, para as mulheres ainda prevalece à área educacional. Pode-se, a partir dessa comparação, inferir sobre as desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que a quase totalidade do Congresso é masculina.

Curiosamente, cabe destacar que para as deputadas que esteve envolvida com organizações de movimentos sociais, esta não é uma profissão de peso. Neste setor, a atuação como professora, assistente social ou profissional da saúde envolve quase 70% do total. Por outro lado, a advocacia se configura entre as profissões mais presentes entre as deputadas oriundas de famílias tradicionais na política brasileira.

Apesar da Câmara dos Deputados constituírem um grupo variado de profissões, algumas delas estão sobre-representadas em algumas correntes ideológicas, o que demonstra, de certa forma, o perfil apresentado pelo partido.

RODRIGUES (2002), concluiu que algumas profissões tinham mais relevância em algumas correntes ideológicas. Na esquerda a predominância era de professores e poucos empresários e advogados. Já na direita tínhamos mais empresários e um número ínfimo de professores. Enquanto que no centro existia mais homogeneidade entre estas profissões.

Tabela 10: Distribuição das deputadas X posição ideológica (1987-2011)

Ideologia \ Profissão	Direita	Esquerda	Centro
Comunicação	03	04	09
Saúde	03	15	12
Educação	11	42	20
Direito	09	16	14
Outros	18	11	16
Total	44	88	71

Fonte: TSE e Site da Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Com base nos dados apresentados na tabela 10 vemos que na direita não há uma profissão que demonstre tanta predominância, tendo em vista que quase metade das deputadas está agregada em outras profissões menos relevantes. Curiosamente a carreira que mais se destaca é na área de educação, posição geralmente associada à esquerda.

Na esquerda há o predomínio da área da educação. Todas as representantes desta área juntas equivalem ao total do grupo de direita e cerca de 40% do centro. Em segundo lugar segue a área da saúde e logo atrás as advogadas.

É importante ressaltar o crescimento destas duas áreas na esquerda, sobretudo após as eleições de 2002. Nos dois últimos pleitos foram eleitas oito profissionais tanto da área da saúde quanto do direito, quase o dobro da soma de todos os pleitos anteriores e analisados neste trabalho.

Por fim merece destaque o grupo do centro, nele não há uma profissão predominante, se considerarmos o intervalo entre as três de maior saliência não há tanta diferença. Devemos ainda considerar que o conjunto das outras profissões também constitui um grupo importante.

2. 1 - Trajetória anterior à Câmara dos Deputados - ocupação de cargos Públicos e Eletivos

Outro aspecto a ser destacado na análise do perfil das deputadas federais diz respeito ao que concerne à sua trajetória anterior a sua chegada à Câmara dos Deputados. Muitos parlamentares optam por ocupar cargos públicos e eletivos, pois são posições que conferem visibilidade a quem os ocupa, contribuindo para a construção de bases eleitorais.

Devemos destacar que a idéia de uma carreira política, porém, não pressupõe que os políticos devam – ou desejem – seguir uma estrutura de carreira política, que vai, necessariamente, da ocupação de cargos de menor valor hierárquico para os de maior valor. Existem outras possibilidades, como por exemplo, ter um cargo público relevante e converter a popularidade adquirida para a área da política.

RODRIGUES (2002) já revelava em seus estudos que os cargos públicos têm estado entre os mais presentes na Câmara dos Deputados. Para muitos candidatos é uma forma de reconversão de recursos. O indivíduo atua em determinada secretaria ou outro cargo relevante e ao ganhar notoriedade leva toda sua popularidade para o cenário político, com isso, já adquire inicialmente um alto cargo.

Para MESSEMBERG (2002), a visibilidade que um cargo de destaque na hierarquia do serviço público faz com que a participação direta nos altos escalões da burocracia do Estado, em quaisquer de suas esferas, apresente-se como um dos mais tradicionais e eficientes mecanismos empregados na política brasileira para a consecução de mandatos parlamentares.

Tabela 11 - Percentual de mulheres que exerceram cargos públicos antes da entrada na Câmara por legislatura.

Legisl.	1987- 1991	1991- 1995	1995- 1999	1999- 2003	2003- 2007	2007- 2011
---------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Cargo						
Secr. Mun.	5.0	10.0	20.0	20.0	24.0	25.0
Secr. Est.	15.0	20.0	20.0	23.0	23.0	25.0
Secr. Nac.	5.0	8.0	-	-	-	-
Pres. Fund.	8.0	8.0	6.0	5.0	5.0	4.0
Assessora	-	-	5.0	5.0	-	4.0
Ministra	-	-	5.0	3.0	3.0	-
Outros ¹⁵	17.0	14.0	14.0	19.0	23.0	24.0
Nenhum ¹⁶	50.0	40.0	30.0	25.0	22.0	18.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Podemos perceber a partir da tabela 11, que entre a parcela que conseguiu comandar um cargo de alto escalão a maioria esteve nas secretarias de governos municipais ou estaduais. Há pouca relevância para aquelas que foram presidentes de fundações públicas.

Ao longo do período analisado cresce a eleição de mulheres que foram secretarias em municípios e estados ao mesmo tempo em que vem decaindo o número de eleitas que não participaram de cargos públicos. Na atual legislatura temos quase o dobro de secretárias estaduais e cinco vezes o de secretárias municipais. Já com nenhum cargo hoje temos menos da metade do que se via em 1987.

Cresce gradualmente também o número de mulheres que participaram de outros cargos, demonstrando que a atuação anterior a entrada na Câmara dos Deputados vem ganhando relevância no decorrer do período analisado.

¹⁵ Por exemplo, servidora pública na condição de professora.

¹⁶ São mulheres que nunca tiveram nenhum tipo de cargo público ou privado anterior a entrada na Câmara dos Deputados.

Dentre aquelas que estiveram presentes nestas secretarias, destacam-se trabalhos na área da educação, saúde e bem-estar. Áreas tradicionalmente relacionadas às mulheres. A boa atuação nestes cargos pode fazer a representante ser indicada pelo partido para um cargo eletivo.

Sabendo em quais cargos as eleitas tendem a se dedicar antes da carreira enquanto deputada federal torna-se importante averiguar qual a relação entre a presença nos cargos verificados e a corrente ideológica a qual pertencem.

A Câmara dos Deputados pelo fato de representar uma passagem da política local para a política nacional constitui-se um marco para a carreira política de qualquer indivíduo. No entanto, de acordo com MESSEMBERG (2002) a maioria dos deputados eleitos neste período não exerceu mandatos tanto no executivo quanto no legislativo antes de ingressar na Câmara dos Deputados, indicando que a maioria dos parlamentares chega até este patamar sem experiência política anterior.

Se ocupar tais cargos é fator de grande relevância tanto para a ascensão quanto para o desempenho da atividade política, então as deputadas contavam com pouco conhecimento acumulado. De fato, boa parte das deputadas federais analisadas neste trabalho, não havia ocupado praticamente nenhum cargo eletivo antes da entrada nesta Casa Legislativa, exceto na legislatura de 1987, quando este percentual ficou em torno de 30%¹⁷.

O cargo de vereadora permanece um importante degrau para a construção da carreira política destas mulheres, inclusive vai crescendo constantemente no decorrer do período analisado. Hoje temos quase o dobro de mulheres que passaram por este cargo do que em 1987. Cresce também o número de prefeitas que se tornaram deputadas federais, atualmente temos cerca de três vezes mais que no início da redemocratização.

Da mesma forma podemos destacar o cargo de deputada estadual e distrital. A participação em Assembléias Legislativas também é bastante grande. Entre 1987 e 1999 foi mais relevante que o executivo e legislativo municipal. Após 1999 foi superado pelas vereadoras, mas em 2007 apresentou

¹⁷ Ver tabela em anexo.

crescimento considerável, voltando a ser uma das principais alavancas para a Câmara dos Deputados.

Cabe destacar a própria Câmara dos Deputados como fonte de experiência destas mulheres, há um grande patamar de representantes que tiveram apenas como cargo eletivo anterior a própria função de deputada federal, o que nos remete a hipótese de que cada vez mais as deputadas estão preferindo se reeleger. É o cargo que tem mais prevalecido entre as representantes.

O crescimento de mulheres que fizeram da Câmara dos Deputados sua principal experiência em cargos eleitorais atualmente é duas vezes mais que em 1987, sendo que no pleito eleitoral de 1999 chegou ao auge, com 63%. Tal fato deixa claro o alto índice de reeleição que ocorre nesta instituição entre estas parlamentares.

Outro fato é a pouca experiência prévia anterior a Câmara dos Deputados. Praticamente metade das deputadas federais, assim como os deputados em geral, não obteve cargos anteriores e entraram no cenário político diretamente na Câmara dos Deputados. Exceto nas eleições de 1987, este percentual vem se mantendo igual ou superior a 50%, o que ressalta a idéia de que cada vez mais os políticos em geral estão construindo uma carreira à parte da estrutura de oportunidade oferecida pelas três esferas de poder político e somente depois de um cargo consolidado é que convertem seus recursos em capital para a obtenção de um cargo eletivo mais importante, ao invés de ir obtendo cargos menores.

Esta situação vai ao encontro dos achados de MARRENCO (1997) para a Câmara dos Deputados em geral, pois ele afirma que, independente de gênero,

“A estrutura de oportunidades para o acesso ao legislativo vem premiando o *self made man*, que se faz a margem do mundo político e não depende desta para a sobrevivência”. (MARRENCO, 1997: 97)

Fica evidente, desta maneira que, apesar de muitas ainda terem cargos de relevância anteriormente, praticamente metade das parlamentares que

foram eleitas para a Câmara dos Deputados não tiveram cargos eletivos anteriores.

A partir da tabela 12 podemos descobrir em quais correntes ideológicas estão mais relacionadas estas deputadas federais que nunca tiveram cargos eletivos antes de chegar a Câmara dos Deputados.

Tabela 12 – Distribuição das deputadas sem cargo eletivo anterior X Corrente Ideológica.

Legisl. Ideologia	1987- 1991		1991- 1995		1995- 1999		1999- 2003		2003- 2007		2007- 2011		1987 - 2011
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Esquerda	5	35.0	3	20.0	6	28.0	2	16.0	7	36.0	5	25.0	28
Direita	2	15.0	5	32.0	3	16.0	3	23.0	4	26.0	5	25.0	22
Centro	7	50.0	7	48.0	1	56.0	0	61.0	8	38.0	9	50.0	50
Total	14	100.0	15	100.0	9	100.0	3	100.0	17	100.0	14	100.0	100

Fonte: Site da câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

Podemos perceber na tabela 12 que as deputadas pertencentes ao centro constituem maioria entre aquelas que construíram carreiras laterais. Em todo o período analisado elas sempre permaneceram em segundo e sua soma total equivale a mais da metade da direita e quase o valor total de esquerda e direita juntas.

A esquerda vem se mantendo em segundo lugar, sobretudo após os dois últimos pleitos eleitorais. A direita vem se constituindo como a ideologia que possui menos deputadas com esta estrutura de carreira.

Muitas das mulheres que não participaram de movimentos sociais e / ou da máquina partidária entraram na Câmara dos Deputados com uma carreira profissional já consolidada. Muitas professoras universitárias, advogadas, comunicadoras, médicas, entre outras, optaram ter uma carreira individual primeiramente.

Em seguida converteram a notoriedade na profissão para a área política. Sendo detentoras de um saber específico e mostrando habilidade para resolver os problemas concernentes ao seu estudo, elas tendem a demonstrar que também terão facilidade para atuar nos assuntos políticos.

Segundo TABAK & TOSCANO (1982) uma das formas de ganhar notoriedade para adentrar no campo político é o envolvimento em movimentos sociais. Será que estas deputadas com carreiras laterais ao menos participaram de algum movimento social? A partir da tabela 15 podemos chegar a uma conclusão.

Tabela 13 – Distribuição das deputadas sem carreira anterior a entrada na Câmara dos Deputados X Movimentos Sociais.

Legisl. Ideologia	1987-1991		1991-1995		1995-1999		1999-2003		2003-2007		2007-2011		1987-2011
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Esquerda	2	50.0	3	75.0	6	70.0	1	15.0	4	35.0	3	35.0	19
Direita	-	-	-	-	-	-	3	35.0	3	30.0	2	30.0	8
Centro	2	50.0	1	25.0	2	30.0	4	50.0	4	35.0	3	35.0	16
Total	4	100.0	4	100.0	6	100.0	8	100.0	11	100.0	8	100.0	43

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Como podemos constatar mediante a tabela 13, apesar de a esquerda estar em segundo lugar quanto ao número de deputadas com carreiras laterais, ela fica em primeiro lugar quando analisamos se estas mulheres tiveram alguma participação em movimentos sociais.

Em segundo aparece o centro. Das quarenta e sete representantes encontradas na tabela 13, percebemos que somente dezesseis estavam envolvidas em algum movimento de cunho social, ou seja, trinta e uma delas não tem participação alguma na área política ou que cerca este setor e, curiosamente, constituem o maior grupo dentre as reeleitas deste espectro ideológico.¹⁸

Percebemos também que entre 1987 e 1999 a direita não possui nenhuma representante nesta categoria e, entre 1999 e 2011 o número é expressivamente baixo, praticamente metade das de centro. Com isso concluímos que a maioria das deputadas de centro e direita teve outro tipo de capital político que permitisse sua entrada no cenário político diretamente na Câmara dos Deputados, sendo assim, este não parece ser um *background* para o sucesso eleitoral destas mulheres. Já na esquerda continua prevalecendo o envolvimento com movimentos sociais.

Todavia, ainda existe outra metade das deputadas que constituiu carreira prévia em cargos eletivos anteriores, torna-se necessário saber a qual corrente ideológica estas mulheres estão relacionadas, pois assim será possível averiguar se há diferenças entre as carreiras políticas dependendo do perfil ideológico.

Tabela 14 - Percentual de deputadas com cargo eletivo anteriores a entrada na Câmara dos Deputados X Ideologia

Legisl.	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011	1987-2011

¹⁸ Com relação às reeleitas, o próximo capítulo fará uma análise detalhada das suas carreiras.

Ideologia	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Esquerda	5	45.0	09	60.0	6	40.0	9	55.0	16	75.0	15	60.0	60
Direita	5	45.0	4	35.0	2	15.0	1	05.0	4	12.5	6	22.0	22
Centro	2	10.0	1	05.0	0	45.0	6	40.0	3	12.5	5	18.0	21
Total	1 2	100. 0	15	100. 0	1 3	100. 0	1 6	100. 0	25	100. 0	26	100. 0	107

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

A partir da tabela 14 podemos perceber que ao longo do período cresceu constantemente o número de parlamentares que usufruíram de cargos eletivos anteriormente exercidos enquanto plataforma para a Câmara dos Deputados, independente da corrente ideológica. Exceto nas eleições de 1994, é uma tendência que vêm aumentando a cada eleição.

Hoje temos 50% a mais de deputadas com carreiras anteriores que em 1987. Dentre as 203 cadeiras ocupadas neste intervalo de tempo, 107 deputadas tiveram carreira prévia em cargos anteriores, ou seja, mais de 50%, constituindo assim, sem dúvida, uma das principais vias de entrada nesta Casa Legislativa.

BOHN (2005) fez uma análise comparativa entre o senado brasileiro e norte americano, no que tange a participação feminina em ambos, comparando grau de escolaridade, profissão, tempo de carreira, entre outros. Concluiu que para o ingresso na vida política o importante é o grau de profissionalização¹⁹. Seria este o determinante para o sucesso eleitoral das mulheres. A seu ver, as mulheres têm duas vezes mais chances quando são profissionais.

¹⁹ Para esta autora profissionalismo corresponde à qualidade da candidata, a sua retrospectiva em eleições anteriores. Aos poucos elas vão obtendo vitórias eleitorais, sucesso em campanhas políticas em virtude do aumento de competitividade para a disputa seguinte. Seria, na verdade, a construção de um nome reconhecido.

“Women do not lose Senate elections necessarily because they are women, but because fewer of them are Professional politicians” (BOHN, 2005: 96).

Utilizando as teorias de BOHN (2005) temos que considerar que as deputadas de esquerda são as que mais pode ser consideradas profissionais. Entre os pleitos eleitorais de 1987 e 2011 praticamente triplicou o número de eleitas pela esquerda. Inclusive, nas três eleições recentes têm-se mantido uma média acima de 50%.

Direita e Centro permanecem empatados na contagem final. No início da redemocratização a direita mantinha número maior de deputadas, mas a partir de 1999 a situação se inverte, mas permanecem ainda resultados muito próximos uma da outra.

Sabendo que a esquerda tem predomínio neste formato de carreira, um último dado a ser constatado é se estas mulheres além de tiver carreiras endógenas, elas também participaram de movimentos sociais ao longo da carreira.

Tabela 15 - Percentual de deputadas com cargo eletivo anterior e participação em movimento social X Ideologia

Legisl.	1987-1991		1991-1995		1995-1999		1999-2003		2003-2007		2007-2011		1987-2011
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Esquerda	5	70.0	8	72.0	5	45.0	7	61.0	16	92.0	12	54.0	53
Direita	2	30.0	3	28.0	2	17.0	1	11.0	-	-	7	34.0	15
Centro	-	-	-	-	4	38.0	3	28.0	1	8.0	3	12.0	11

Total	07	100.0	11	100.0	11	100.0	11	100.0	17	100.0	22	100.0	79
-------	----	-------	----	-------	----	-------	----	-------	----	-------	----	-------	----

Fonte:TSE. Tabulação da autora.

A partir da tabela 15, vemos que novamente a esquerda está em evidência, sempre permaneceu em primeiro lugar dentre as deputadas que tiveram carreiras endógenas e participaram de movimentos sociais. Esta corrente ideológica teve seu auge em 2002 (ano em que foram eleitas mais deputadas esquerdistas), mas mesmo não continuando com o mesmo índice permanece em primeiro lugar absoluto.

Somadas as parlamentares de centro e direita, têm-se aproximadamente a metade das de esquerda. Direita e centro mantém um percentual próximo, não havendo disparidades entre ambas. Há de se considerar que de 1987 até 1994 nenhuma das deputadas de centro participou de movimentos social.

Estas evidências revelam que as hipóteses testadas neste capítulo são positivas, pois a maior parte das deputadas de esquerda teve como base de apoio a trajetória em movimentos sociais e seguiram uma estrutura de carreira política endógena, obtendo a cada pleito eleitoral um cargo de maior prestígio até chegar a Câmara dos Deputados.

Já a maioria das deputadas eleitas pelos partidos ideologicamente considerados de direita e centro entrou na arena política diretamente na Câmara de Deputados, sem ter cargos públicos eletivos anteriores e nem passagem por movimentos sociais, constituindo uma carreira política lateral. Elas conseguiram ser eleitas com capital político e social originários de outras áreas.

Em relação à política de cotas implementada nos últimos anos, percebemos que não houve alterações significativas no que tange ao padrão das mulheres eleitas. Nas regiões, por exemplo, tanto antes quanto depois a região sudeste continuou sendo aquela que mais obteve mandatos femininos.

Nas profissões também continuou predominando mulheres formadas em direito ou na área educacional, assim como se mantém a construção de carreiras endógenas com participação em movimentos sociais, sobretudo das carreiras de esquerda.

Vemos que na verdade o que necessitamos é de representantes com carreiras profissionais, independente da política de cotas, até porque os partidos não são obrigados a segui-la. Percebe-se que poderia até colocar um grande número de candidatas, mas não adianta se elas não estiverem dentro do perfil encontrado nesta pesquisa. Obviamente que existem exceções, mas a vitória eleitoral se torna um pouco mais difícil.

Capítulo 3 - Continuidade das Representantes Femininas na Câmara dos Deputados

O objetivo deste capítulo é averiguar quais as características que as mulheres reeleitas apresentam que as distingue das demais representantes eleitas. A partir da análise sobre estas representantes reeleitas poderemos verificar se há diferença no padrão de carreira política. A principal hipótese testada é que as mulheres estão preferindo dar continuidade à carreira política dentro da própria Câmara dos Deputados, o que vem acarretando a profissionalização política feminina.

Como já foi demonstrado anteriormente, grande parte das representantes femininas não teve nenhum cargo eletivo anterior. A maior fonte de experiência acaba sendo mesmo à própria Câmara dos Deputados, já que mais de 50% foram reeleitas ao menos uma vez para o exercício de mandatos federais. O alto índice de reeleição produz desta maneira, uma tendência de cristalização dos espaços de poder e queda de renovação da Casa.

Como podemos observar na tabela abaixo, após a década de 1990 houve uma tendência a diminuir o índice de renovação da Câmara dos Deputados, chegando a uma média de aproximadamente 50% de reeleitos a cada legislatura.

Tabela 16 – Distribuição dos reeleitos à Câmara dos Deputados (1990-2006)

Ano	Composição	Nº de reeleitos	Índice de reeleição	Índice de renovação
1990	495	189	51,35%	62%
1994	503	230	57,93%	54%

1998	513	288	65,01%	43%
2002	513	283	68,09%	46%
2006	513	267	52,04%	47%

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

No caso das mulheres a situação não é tão diferente, pois no período estudado foram ocupadas duzentos e uma cadeiras distribuídas entre cento e quatorze mulheres eleitas. Entre estas, sessenta e seis conseguiram ser reeleitas pelo menos uma vez.

Tabela 17: Distribuição das reeleitas X Legislatura

Experiência	1987 - 1991		1991 - 1995		1995 - 1999		1999 - 2003		2003 - 2007		2007- 2011	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reeleita	05	20,0	11	36,0	14	45,0	19	65,0	19	45,0	23	51,0
Eleita pela 1ª vez	21	80,0	18	64,0	18	55,0	10	35,0	23	55,0	22	49,0
Total	26	100,0	29	100	32	100	29	100	42	100	45	100

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

Verifica-se que o índice de reeleição vem aumentando a cada pleito eleitoral. Na atual legislatura o percentual de reeleitas atinge metade das representantes, enquanto que em 1987 ocupava apenas 20% do total feminino da câmara dos Deputados. Tanto em 1999 quanto em 2007 as reeleitas ultrapassaram o total de eleitas pela primeira vez.

Desconsiderando as deputadas do atual mandato que exercem o cargo pela primeira vez²⁰, podemos concluir que somente vinte e sete representantes não foram reeleitas. Em outras palavras, das deputadas eleitas entre 1987 e 2007, praticamente 60% conseguiram ao menos um segundo mandato.

Tabela 18: Número de mandatos X Legislatura

Legisl. Mandato	1987-1991		1991-1995		1995-1999		1999-2003		2003-2007		2007-2011		1987-2011
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
01	19	80.0	18	66.7	18	59.7	10	35.0	23	60.0	21	49.0	109
02	04	15.0	10	33.0	13	40.0	13	45.0	10	22.0	16	39.0	66
03	01	0.5	01	0.3	01	0.3	05	17.0	05	12.0	05	11.0	20
04	-		-		-		01	3.0	02	0.6	02	0.5	05
05	-		-		-		-		-		02	0.5	02
Total	26	100.0	29	100.0	32	100.0	29	100.0	42	100.0	45	100.0	201

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

Com relação ao número de mandatos, percebemos que a cada legislatura cresce o número de mulheres que exerceu mais de dois cargos. Por exemplo, no período que abarca este estudo, até 1999 nenhuma mulher tinha chegado ao quarto mandato, mas daí em diante, cinco representantes conseguiram tal façanha.

O percentual de mulheres com dois mandatos na atual legislatura é 40% maior que em 1987, em um crescimento ascendente consecutivo, da mesma

²⁰ 21 no total.

forma com três mandatos. No início da redemocratização era apenas uma deputada e atualmente já chegam a sete, crescimento ocorrido principalmente a partir da legislatura de 1999.

As reeleições estão distribuídas entre 14 partidos políticos, com destaque para o PMDB, o PT e o PSDB. Juntos são responsáveis por mais da metade das reeleições²¹.

PT, PMDB, PSDB, PCdoB e DEM são os partidos que mais reelegem mulheres na Câmara dos Deputados. Desta forma, percebemos que os partidos políticos que mais elegem são ao mesmo tempo aqueles que mais proporcionam a reeleição.

Em relação à ideologia vemos que prevalece a esquerda como detentora da maior parte dos mandatos das reeleitas. Seguida diretamente pelo centro e mais atrás à direita.

Tabela 19: Distribuição das reeleitas por Legislatura X Ideologia

	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011	1987-2011
Esquerda	03	05	08	03	08	11	39
Direita	01	03	03	02	04	04	17
Centro	01	03	03	14	07	08	36
Total	05	11	14	19	19	23	93

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

Todavia, quando analisamos por número de mandatos vemos que a direita prevalece como campeã em relação ao terceiro, quarto e quinto mandatos. Curiosamente à direita não têm representantes acima do terceiro mandato.

Cabe destacar agora se há diferenças ou não entre as carreiras das deputadas por ideologia política com relação aos cargos eletivos que ocuparam

²¹ Ver tabela em anexo.

anteriormente e a participação em alguma organização de cunho social e/ ou sindical.

Como já foi assinalado, muitas deputadas federais utilizam como plataforma para entrada na carreira política os movimentos sociais e / ou a ocupação de cargos eletivos de menor prestígio. No caso das reeleitas, a maioria das representantes possuía participação em movimentos e cargos eletivos.

Tabela 20 – Carreira Anterior X Ideologia

Carreira \ Ideologia	Sem movimento social e sem cargo.		Sem movimento social e com cargo.		Com movimento social e com cargo.		Com movimento social e sem cargo.		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Esquerda	04	12.0	04	25.0	22	70.0	09	55.0	39
Direita	04	12.0	03	20.0	07	17.0	03	18.0	17
Centro	15	64.0	09	55.0	06	13.0	06	27.0	36
Total	23	100.0	16	100.0	35	100.0	17	100.0	93

Fonte: TSE. Tabulação da autora.

Entre as deputadas reeleitas cabe destacar ainda a importância daquelas oriundas da esquerda e que participaram de movimentos sociais e que tiveram cargos eleitos anteriormente. Representantes com essas características somam 70%. Já aquelas que não tiveram nenhum envolvimento com organizações sociais e / ou cargos eletivos constituem apenas 12%. Conforme vai crescendo o percentual de representantes da esquerda, paralelamente vai aumentando as reeleitas.

A direita segue o mesmo caminho da esquerda. Praticamente 50% de suas representantes possuíram algum cargo e foram membros de movimentos.

Aquelas que não participaram de nenhuma dessas formas são apenas 20% do total das reeleitas.

Caminho oposto segue o centro, pois aproximadamente 40% das reeleitas não participaram de movimentos e nem tiveram cargos eletivos anteriormente. E apenas 13% obtiveram algum envolvimento em movimentos sociais e ocuparam cargos eletivos simultaneamente. Neste espaço ideológico também estão concentradas aquelas representantes que utilizaram separadamente de cargos eletivos anteriores ou de movimentos sociais. Elas formam praticamente 40%.

Sendo assim, podemos concluir que apesar de apresentarem quantidades opostas, as reeleitas tanto da esquerda quanto da direita têm padrões de carreiras parecidos. Diferente do que alguns autores demonstraram (TABAK & TOSCANO, 1982; ARAÚJO, 2001; AVELAR, 2001), as mulheres de direita não entram na Câmara dos Deputados direto, mas a partir de carreiras políticas laterais. No entanto, como foi averiguado, a maioria possui experiência em outros cargos e participaram de movimentos sociais.

Estas mulheres vão ganhando notoriedade a partir de cada eleição e obtém o apoio de partidos relevantes ao chegarem à Câmara dos Deputados, aumentando a popularidade e profissionalização política, ficando mais fácil a reeleição, uma vez que possui acesso a máquina partidária e pública e podem dedicar mais tempo as campanhas.

Segundo MARRENCO (1997: 97) “a aposta na construção de um capital político a partir de uma trajetória interna, é para a maioria dos deputados uma estratégia dispensável”. No entanto, como podemos perceber, para as mulheres, é uma tática relevante.

Uma das formas de avaliar o desempenho parlamentar das reeleitas é por meio de sua atuação na Câmara dos Deputados. Para tanto optamos em avaliar neste trabalho a participação das reeleitas nas Comissões Permanentes e nos projetos de lei que elas criaram. A suposição é a de que quanto maior a produção legislativa da parlamentar maior o apoio eleitoral e conseqüentemente suas taxas de reeleição.

Muitos estudos, como por exemplo, TABAK & TOSCANO (1982) e AVELAR (2001) associam a representação das mulheres as áreas de educação, saúde, bem estar, entre outros. Para os adeptos destas idéias, a participação das mulheres na política tem como finalidade contribuir para suprir as necessidades e interesses da população feminina e dos grupos mais excluídos. Neste sentido, é importante saber se há impacto da presença das mulheres na política brasileira.

Entre as reeleitas como podemos ver na tabela 21, a maioria esteve presente em comissões com assuntos relacionados à temática feminina, como educação e apoio as minorias. Para os adeptos da teoria de política de presença, esse é um importante achado, pois contribui com a idéia de que as deputadas federais estão marcando a sua diferença, isto é, estão influenciando nos conteúdos e na vida política em geral, elevando áreas da sociedade que os homens não dariam tanto valor.

Tabela 21 – Distribuição em percentual das deputadas por Comissão Permanente (1987 – 2007).²²

Comissão	%
Seguridade Social e Família	58.0
Educação, Cultura e Desporto	54.0
Defesa do Consumidor	51.0
Relações Exteriores e Defesa Nacional.	41.0
Direitos Humanos e Minorias	39.0
Ciência e Tecnologia	39.0
Desenvolvimento Urbano e Interior	37.0
Viação e Transportes	35.0
Trabalho, Administração e Serviço Público	33.0

²² Optou-se por relacionar apenas as dez Comissões Permanentes que tiveram mais presenças de parlamentares femininas.

Amazônia e Desenvolvimento Regional	27.0
Outros	32.0

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Como podemos ver na tabela 21, entre as dez comissões permanentes com maior participação de mulheres, quatro podem ser mais identificadas como femininas, a saber: Seguridade Social e Família, Educação, Cultura e Desporto, Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Minorias.

No período estudado mais de 50% das deputadas ocuparam, em algum momento, cadeiras na Comissão de Seguridade Social e Família, responsável por temas como saúde e ajuda a grupos com vulnerabilidade social, como por exemplo, mulheres, adolescentes e portadores de necessidades sociais.

Outro dado importante é verificar a relação entre participação das reeleitas em comissões e ideologia partidária. Como podemos averiguar na tabela 08, a maioria das representantes de esquerda está e / ou estiveram presentes em comissões associadas às minorias, educação e família.

Tal fato deve estar relacionado à forma como essas mulheres entram na política. Como vimos, grande parte delas possui participação em movimentos sociais e utilizam desse apoio e visibilidade eleitoral para chegar à arena parlamentar. Logo, vê-se que de todas as comissões naquelas voltadas para a questão social predomina deputadas federais com ideologia à esquerda.

Tabela 22 – Percentual da distribuição das Comissões Permanentes X Ideologia

Comissões Permanentes	Direita	Esquerda	Centro
Seguridade Social e Família	20.0	70.0	10.0
Educação, Cultura e Desporto	15.0	60.0	25.0
Defesa do Consumidor	25.0	50.0	25.0

Relações Exteriores e Defesa Nacional.	40.0	25.0	35.0
Direitos Humanos e Minorias	25.0	60.0	15.0
Ciência e Tecnologia	40.0	30.0	30.0
Desenvolvimento Urbano e Interior	40.0	20.0	30.0
Viação e Transportes	40.0	20.0	40.0
Trabalho, Administração e Serviço Público	35.0	15.0	50.0
Amazônia e Desenvolvimento Regional	35.0	20.0	45.0

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

Com relação à direita, suas representantes estão distribuídas tanto em comissões voltadas a estes grupos sociais quanto questões relacionadas à defesa nacional, transportes, entre outros. Traços típicos de suas representantes, que como vimos, têm-se várias com envolvimento em movimentos sociais, mas também oriundas de outras áreas.

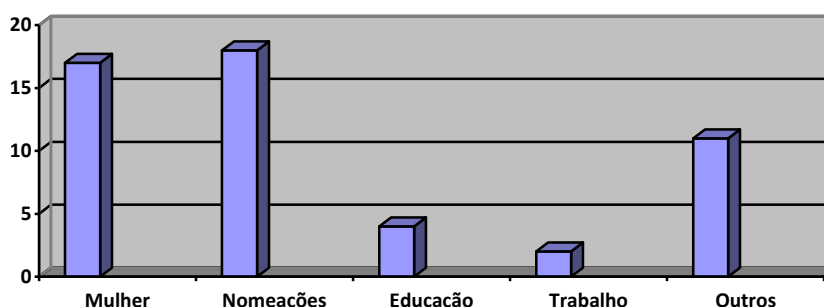
Por fim, a maioria das deputadas de centro está em Comissões voltadas a temas como administração, meio ambiente, transportes etc. Não há tendência a participar ativamente de comissões que estão associadas a temas considerados “femininos”.

Há ainda que enfatizar a questão do Meio Ambiente. A Comissão Permanente Amazônia e Desenvolvimento Regional vêm recebendo também bastante apoio das mulheres, tanto que ela foi criada apenas em 1997, mas já se destacam em relação ao número de membros, inclusive sem tanta distinção entre as ideologias política, por mais que tenha superioridade de representantes do centro, à direita e a esquerda estão bem próximas.

Tal fato deve ocorrer devido ao maior debate em torno deste tema nos últimos anos devido aos problemas relacionados aos efeitos climáticos. Serve também para o deputado angariar votos defendendo um tema tão recorrente no cenário mundial.

Outro dado muito importante para verificar nossa suposição diz respeito aos projetos de lei apresentados pelas deputadas reeleitas. Essas representantes enviaram 1485 projetos e destes somente 52 foram transformados em norma jurídica²³. Sobre este tema, MARRENCO (1997) alerta que a produção legislativa no Congresso brasileiro é bastante escassa. Podemos concluir que essa situação também acontece com as mulheres.

Gráfico 1 – Distribuição dos Projetos aprovados por Tema²⁴.



Lideram os projetos referentes à temática “Mulher”²⁵ e as Nomeações. Outra área que ocupa boa parte dos projetos aprovados é a relacionada às Nomeações, ou seja, renomear e / ou nomear aeroportos, pontes, reconhecer dias e semanas nacionais para algum evento e prestar homenagens. Praticamente metade dos projetos aprovados neste período estava relacionada a estas nomeações.

Tabela 23: Distribuição dos projetos aprovados X Ideologia

Tema \ Ideologia.	Outros	Mulher	Educação	Nomeações	Trabalho	Total
Esquerda	06	09	02	08	01	26

²³ Cabe destacar que para a composição destes dados foram considerados projetos propostos e transformados em norma jurídica até dezembro de 2009.

²⁴ A categoria outros inclui normas jurídicas de diferentes áreas e que somando o total de cada uma, não gera um percentual relevante para esta pesquisa.

²⁵ São áreas que visam o bem estar, saúde e a proteção da mulher.

Centro	07	05	03	05	01	21
Direita	-	03	-	04	-	07
Total	11	17	05	17	02	52

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

A esquerda permanece como a maior proponente de leis, tanto do item Mulher quanto na questão das nomeações. Seguida pelo centro e por último à direita. É interessante notar que independente da ideologia, a questão da mulher esta sempre em primeira posição, demonstrando que é um tema comum a todas as deputadas federais, assim como o quesito nomeações. Com isso percebemos que independente dos partidos e ideologias correspondentes, no que tange a propor projetos, as mulheres tem um perfil em comum.

Entre as 60 reeleitas, somente 10 apresentaram mais de 40 proposições e 25 apresentaram menos de 15 proposições, com isso podemos perceber que há um baixo índice de proposições apresentadas por estas reeleitas. Somente 27 representantes tiveram projetos aprovados, coincidentemente, aquelas que estão nesta Casa Legislativa há mais tempo.

Entre aquelas que propuseram mais projetos, como podemos observar na tabela abaixo, destaca-se os partidos de esquerda, sobretudo PT e PCdoB. O centro obteve duas representantes, ambas do PMDB e a direita só teve uma representante, filiada ao DEM.

Lista de Deputadas reeleitas que apresentaram mais de 40 proposições.

	Deputada	Partido	Mandatos	Proposições	Projetos Aprovados
1º	Rita Camata	PMDB	05	115	07
2º	Laura Carneiro	DEM	03	98	03
3º	Vanessa Grazziotin	PCdoB	03	96	03

4º	Irma Passoni	PT	03	64	-
5º	Rose de Freitas	PMDB	05	53	01
6º	Benedita da Silva	PT	02	51	03
7º	Iara Bernardi	PT	02	51	03
8º	Sandra Rosado	PSB	02	47	01
9º	Socorro Gomes	PCdoB	04	46	01
10º	Jandira Feghali	PCdoB	04	44	01

Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

Destas dez mulheres saíram metade dos projetos de lei da ala feminina na Câmara dos Deputados. A Esquerda predomina com 12 destes projetos. O centro vem em segundo com 08 projetos aprovados e a direita obteve apenas um. Temos que destacar a deputada federal Rita Camata (PMDB / ES) que sozinha foi responsável pelo maior número de proposições e de projetos de lei aprovados. Outra deputada que não aparece na lista, mas que também merece destaque é Luisa Erundina (PSB/SP), que elaborou somente 23 projetos, mas teve cinco aprovações, um dos maiores percentuais do período analisado.

Essas informações sobre a produção legislativa mostram que o padrão de mulheres reeleitas na Câmara dos Deputados brasileira, neste intervalo de tempo analisado, está relacionado à profissionalização cada vez maior das representantes a partir da construção de uma carreira endógena.

Isso nos leva a concluir que junto com a maior profissionalização as deputadas também vêm conseguindo maior êxito na produção legislativa, pois como vimos à maior parte das mulheres que obteve mais tempo de mandato foram aquelas que propuseram e aprovaram mais projetos. Entre aquelas que propuseram menos projetos, a maioria, não passou do segundo mandato.

A obtenção de um projeto aprovado é fundamental, pois serve como alavanca para uma nova eleição, já que a representante pode demonstrar que realmente tem feito algo em prol da população. Neste sentido, cabe destacar

as deputadas da esquerda uma vez que são elas que mais propõem projetos voltados para a área social, respondendo a demanda, portanto, de grande parte de sua base de apoio eleitoral.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurou-se traçar um perfil sócio-ocupacional das mulheres que ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados desde 1987 até 2011, em especial no que se referem as suas bases de recrutamento e ao padrão de carreira política.

A partir dos dados apresentados foi possível identificar alguns importantes fatores que contribuíram para conhecer o padrão de carreira política das deputadas federais. Dentre estes, as bases políticas diferenciadas e outras características como tempo de mandato, região e partidos predominantes, profissão e filiação ideológica.

Em relação à atuação na Câmara dos Deputados verificou-se que as comissões relacionadas à temática feminina foram aquelas que obtiveram maior participação das deputadas, assim como os projetos de lei aprovados. Podemos dizer que se reproduz no legislativo a tradicional divisão sexual do trabalho que relacionam as mulheres aos temas familiares e de ajuda as minorias e os homens a temas produtivos, como orçamento e assuntos financeiros.

Com relação às hipóteses testadas neste trabalho, percebemos que realmente a maioria das mulheres que participa da corrente ideológica a esquerda são oriundas de movimentos sociais ou da própria máquina partidária. Todavia vimos também, que nos últimos pleitos eleitorais, vem ocorrendo maior número de eleitas relacionadas às áreas da saúde e ao direito. Essas mulheres constroem primeiro uma carreira particular e depois adentram no cenário político, mas elas ainda não são maioria.

Para a direita, contrariando diversas análises e até mesmo a hipótese testada neste trabalho, grande parte das representantes, sobretudo as eleitas, possui uma carreira política endógena. São representantes provenientes de

diferentes setores da sociedade, sobretudo, do setor educacional, que tradicionalmente foi relacionado à esquerda.

Sobre a renovação na Câmara dos Deputados, constatou-se que cada vez mais esse fenômeno político não vem ocorrendo, pois o índice de reeleição vem crescendo constantemente a cada eleição, independente da ideologia. Essa tendência é mais notória nos últimos pleitos eleitorais.

Temos ainda que considerar que, o crescimento das eleitas não pode estar totalmente relacionado ao Partido dos Trabalhadores - PT nas eleições de 2002. Neste pleito eleitoral não podemos negar a importância deste partido. No entanto, em 2006 as eleitas por este partido não tiveram tanta relevância, voltando a predominar, como sempre, o PMDB. Assim, o aumento de mulheres na Câmara dos Deputados não é algo necessariamente ligado ao PT, mas um efeito que vem contagiando vários partidos brasileiros

Com relação à política de Cotas, percebemos que ela não fez diferença para o padrão de carreira política das mulheres brasileiras na Câmara dos Deputados. Tanto antes quanto depois o perfil permaneceu praticamente o mesmo. As cotas são uma tentativa de obter maior participação de mulheres na conjuntura política, mas como foi demonstrado, se as representantes não forem profissionais, torna-se mais difícil a eleição.

Para finalizar com relação à participação em comissões permanentes e a aprovação de projetos, os dados apresentados nesta dissertação confirmam que, de fato, as deputadas apresentam uma tendência particular em atuar naquelas áreas tradicionalmente percebidas como mais femininas. A maior parte das comissões que elas estiveram atuando como titulares, concentrava-se exatamente nessas áreas. Os projetos de lei aprovados também estão em sua maioria voltados para assuntos relacionados à mulher.

Diante do exposto, podemos concluir que as representantes femininas na Câmara dos Deputados no período analisado possuem um padrão comum para a construção de carreira política. Alguns dados levam nos levam a concluir que a maior possuem mais chances aquelas com ensino superior completo, que atuam pela esquerda, em partidos grandes e na região sudeste. Preferencialmente que tenham profissões em áreas que possam dar notoriedade ou ainda participar em movimentos sociais e da estrutura

partidária. São características muito parecidas com os homens, assim percebemos que independente de gênero, há um padrão “comum” as carreiras políticas no Brasil.

Muitas candidatas não têm esse modelo, o que pode ser considerado um obstáculo a participação feminina. Fica claro que, assim como BOHN (2005) demonstrou em sua análise sobre a participação feminina no Senado brasileiro e americano, quanto mais profissionalizada for a deputada maior a chance de ela vencer uma eleição e, como mostramos nessa dissertação, quanto o maior o número de projetos aprovados, maior a tendência para elas serem reeleitas, alimentando assim uma carreira política endógena.

Referências Bibliográficas

ÁLVARES, Maria Luzia. *Mulheres na competição eleitoral: Seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2004.

ARAÚJO, Clara. *A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação*. CEDIM/RJ e UERJ. Rio de Janeiro, 2001.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na Elite Política Brasileira*. São Paulo. UNESP, 2001.

BEZERRA, M. O. *Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1999.

BLAY, Eva A. *Mulher e Igualdade: cidadania e gênero*. Instituto Teotônio Vilela. Brasília. Revista Social Democracia Brasileira. Número 02, março de 2002, ano 01.

BOBBIO, Norberto (org). *Dicionário de política*. Brasília. Universidade de Brasília, 2000.

BOHN, Simone. *Women and quality in the elections for the Senate*. Brazilian Political Science Review, 2007.

BORBA, Angela, Faria, Nalu, Godinho, Tatau (orgs). *Mulher e Política – Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRABO, Tânia Suely A. Marcelino. *Gênero e Poder Local*. São Paulo. Humanitas, 2008.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Site: <http://www.cfemea.org.br>

CORADINI, O. L. *Em Nome de Quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 2001.

FERREIRA, Mary. *Mulher e Política: Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas*. Revista Espaço Acadêmico. N.º 37. Junho/ 2004. Site: <http://www.espacoacademico.com.br>

HABERMAS, Jurgen. *Teoria da Ação Comunicativa*. Taurus. 1981.

HTUN, Mala e POWER, Thimoty J. Gender, *Parties and Support for Equal Rights in the Brazilian Congress*. Latin American Politics and Society. Vol. 48, n.º 04, 2006.

INTER PARLAMENTARY UNION. “*Women in Politics – 1945 – 2000*”, Serie Reportts and Documents, n.º37, Genebra, 2000.

_____. “*Men and women in Politics: Democracy Still in the Making – A Comparative Stydy*”. Series “Report and Documents”, n.º 28. Genebra, 1997.

KATZ, Richard & MAIR, Peter. *Party Organizations*. Londres: Sage Publications, 1992.

KINZO, Maria Dalva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo. Símbolo, 1980

MARRENCO, André. *Nas fronteiras do Campo Político – Raposas e Outsiders no Congresso Nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º12, 1997.

MARRENCO, André & SERNA, Miguel. *Por que as carreiras políticas de esquerda e direita não são iguais? Recrutamento Legislativo no Brasil, Chile e Uruguai*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º22, 2007.

MESSEMBERG, Débora. *A Elite Parlamentar do Pós Constituinte – atores e práticas*. São Paulo. Brasiliense, 2002.

MIGUEL, L. F. *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro*. Revista de Sociologia e Política: Curitiba, v. 20, 2003.

MIGUEL, Sonia Malheiros. *A política de cotas por sexo: um estudo das experiências no Legislativo brasileiro*. Brasilia. Cfemea, 2000.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas Eleitorais: uma introdução*. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 4ª Edição revisada.2004

NORRIS, Pippa. *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge. Cambridge University Press, 1997.

_____. *Electoral Engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge. Cambridge University Press, 2003.

PHILLIPS, Anne. 1993. "Democracy and Difference". In: *Democracy and difference*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

_____. *De uma política de idéias a uma política de presença*. Revista Estudos Feministas, v. 09, nº 01. Florianópolis, 2001.

PITKIN, Hanna. *Representação e Identidade*. Revista Lua Nova, São Paulo, número 67, 2006.

_____. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1972.

PRÁ, Jussara Reis. *Representação Política da Mulher no Brasil – 1982 a 1990: a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH, 1992.

PUPPEN, Brandão & MURARO, Rose Marie (org). *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. Faperj, 2001.

RODRIGUÊS, Leôncio Martins. *Ideologia e Composição Social*. São Paulo. Edusp, 2002.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília. Universidade de Brasília, 1982

SCHIMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?* Encontro Anual da American Political Science Association (APSA). Washington, setembro, 2005.

YOUNG, Iris Marion. *Representação Política, Identidade e Minorias*. Lua Nova, São Paulo, número 67: 139-190, 2006.

Anexos

01 - Distribuição das deputadas por partido eletivo segundo legislatura.

Legisl. / Partido	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011	1987-2011
	N	N	N	N	N	N	N
PMDB	6	8	11	8	7	11	51
PTB	1	1	1	1	4	2	10
PDT	3	4	1	-	-	1	9
PT	2	5	7	5	14	7	40
DEM	6	2	2	4	4	3	21
PCdoB	1	2	2	2	4	5	16
PSB	3	-	1	3	3	5	15
PSDB	4	-	4	6	4	3	21
PSC	-	-	1	-	-	-	1
PDS	-	3	-	-	-	-	3
PP	-	-	2	-	-	2	4
PPS	-	-	-	-	-	1	1
PSTU	-	1	-	-	-	-	1
PRONA	-	1	-	-	-	-	1
PPR	-	2	-	-	-	-	2
PSOL	-	-	-	-	2	1	3
PR	-	-	-	-	-	4	4
TOTAL	26	29	32	29	42	45	203

Fonte: TSE e Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

02 – Candidatura de mulheres X Partido – 1995 - 2011.

Legislatura Partido	2007-2011		2003-2007		1999-2003		1995-1999	
	N	%	N	%	N	%	N	%
PAN	18	17,65	4	6,67	0	-	-	-
PCdoB	17	23,61	11	21,57	9	22,50	8	18,18
PCB	3	18,75	2	28,57	2	40,00	0	-
PCO	5	13,16	6	17,14	1	25,00	-	-
PDT	41	10,51	33	11,38	28	9,52	13	4,28
PFL / DEM	28	12,12	21	9,13	22	8,06	6	2,58
PGT	-	-	9	9,28	0	-	-	-
PL	25	11,21	33	11,54	5	5,43	4	2,82
PMDB	39	11,14	36	10,94	42	12,21	24	6,06
PMN	20	12,42	10	11,76	8	9,52	5	6,58
PP (2008)	14	7,87	-	-	-	-	-	-
PPB (PPR+PP)	0	0	11	5,45	21	7,53	21	4,05
PPS	39	12,75	25	10,87	6	4,96	3	9,38
PRB	2	9,52	-	-	-	-	-	-
PRN / PTC	-	-	5	15,15	3	8,57	3	5,45
PRONA	27	19,85	10	12,66	7	18,42	11	25,58
PRP	8	7,14	13	13,40	10	12,05	7	7,78
PRTB	13	13,00	19	14,96	9	17,31	0	0
PSB	45	13,43	29	8,68	12	7,23	6	5,94
PSC	27	12,74	14	10,14	20	13,07	7	7,45

PSD	-	-	7	12,28	9	11,39	3	3,61
PSDB	47	14,87	36	12,90	26	9,12	17	6,27
PSDC	13	9,49	6	7,79	6	16,22	0	0
PSL	4	4,04	4	8,70	2	8,70	0	0
PSN / PHS	20	12,74	4	4,94	3	12,00	0	0
PSOL	29	15,10	-	-	-	-	-	-
PST	-	-	14	15,38	1	6,67	0	0
PSTU	5	17,24	8	17,78	13	23,21	5	22,73
PT	44	12,26	61	14,29	40	12,23	38	10,19
PTdoB	14	11,67	9	9,09	5	6,25	0	0
PTB	23	9,70	30	13,16	17	9,04	3	1,55
PTC	18	16,22	-	-	-	-	-	-
PTN	7	10,61	3	6,12	2	5,26	0	0
PV	57	12,52	36	15,72	19	19,39	1	5,00
Total	652	12,66	509	11,52	348	10,37	185	6,15

Fonte: Cfêmea²⁶, 2006.

²⁶ Ver: www.cfemea.org.br

03 – Percentual de mandatos exercidos antes da entrada a Câmara dos Deputados X legislatura²⁷.

Cargos	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011
Vereadora	20,0	20,0	20,0	30,0	30,0	35,0
Prefeita	5,0	8,0	8,5	10,0	12,0	17,0
Dep. Estadual / Distrital	30,0	45,0	25,0	25,0	26,0	36,0
Governadora	-	-	-	-	-	-
Senadora	-	-	-	-	-	-
Dep. Federal	20,0	40,0	40,0	63,0	45,0	50,0
Vice - Prefeita	5,0	5,0	8,0	-	5,0	5,0
Vice - Governadora	-	-	-	-	-	5,0
Nenhum cargo	30,0	50,0	55,0	60,0	50,0	50,0

Fonte: TSE e Site da Câmara dos Deputados. Tabulação da autora.

²⁷ Para a construção desta tabela o percentual total ultrapassa 100%, pois muitas deputadas exerceram dois ou mais cargos, ou cumpriram dois mandatos no mesmo cargo.

04 – Distribuição das reeleitas por partido X Legislatura.

Partidos	1987- 1991	1991- 1995	1995- 1999	1999- 2003	2003- 2007	2007- 2011	1987- 2011
PT	02	02	03	02	05	04	18
PDT	01	03	01	-	-	-	05
PMDB	01	03	04	08	05	06	27
PFL/DEM	01	-	01	01	03	02	08
PDS	-	01	-	-	-	-	01
PTB	-	01	01	01	01	-	04
PPR	-	01	-	-	-	-	01
PPB	-	-	01	-	-	-	01
PCdoB	-	-	02	01	02	03	08
PSB	-	-	01	-	01	04	06
PSDB	-	-	-	07	02	02	10
PP	-	-	-	-	-	01	01
PR	-	-	-	-	-	01	01
PSOL	-	-	-	-	-	01	01
Total	05	11	14	19	19	24	92

Fonte: TSE. Tabulação da autora.